

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO

GABRIELA CANTO DE MACEDO

A RESPONSABILIDADE PENAL DOS PORTADORES DE PSICOPATIA

FLORIANÓPOLIS
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Responsabilidade Penal dos portadores de psicopatia”, elaborado pela acadêmica “Gabriela Canto de Macedo, defendido em 04/12/2018 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (nove vírgula cinco), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 04 de Novembro de 2018



Alexandre Morais da Rosa

Professor Orientador



Daniela Queila dos Santos Bornin

Membro de Banca



Ivan Cavallazzi da Silva

Membro de Banca



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Ciências Jurídicas
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Aluno(a): *Gabriela Canto de Macedo*
RG: 4400 832

CPF: 056.073.599-56

Matrícula: 14100211

Título do TCC: *A Responsabilidade Penal dos Portadores de Psicopatia*

Orientador(a): *Alexandre Moraes de Rosa*

Eu, Gabriela Canto de Macedo, acima qualificada; venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 4 de dezembro de 2018.

Gabriela Canto de Macedo

GABRIELA CANTO DE MACEDO

GABRIELA CANTO DE MACEDO

A RESPONSABILIDADE PENAL DOS PORTADORES DE PSICOPATIA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Morais da Rosa

Participação: Profa. Ma. Daniela Queila dos Santos Bornin

FLORIANÓPOLIS
2018

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de conclusão de curso significa o encerramento do ciclo de cinco anos de graduação em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Paulo Marcelo e Vera Regina, por sempre incentivarem meus estudos e me proporcionarem tanto conforto emocional e econômico para uma excelente formação acadêmica. Nada seria possível sem vocês!

Meu muito obrigada, também, a todos os familiares: em especial ao meu avô, Almir, pelo estímulo à escolha do curso; aos meus tios, Eneida e Herman, pelo carinho e pela colaboração para realização desta graduação em Direito; à minha irmã, Carolina, pelas visitas e momentos de descontração; e, por fim, à minha sobrinha e afilhada, Maria Eduarda, por me acordar cedo com seus gritos e choros, e por apenas com a sua presença, fazer desse momento mais leve.

Sou grata aos amigos que fiz no Centro de Ciências Jurídicas, com os quais, apesar da vivência diária algumas vezes conturbada, criei um vínculo que ultrapassa o *campus* da Universidade Federal de Santa Catarina. No mesmo sentido, agradeço às amizades de longa data, que persistiram apesar da distância e das mais diferentes rotinas.

Agradeço a todas as pessoas que conheci nos meus quatro estágios extracurriculares, especialmente às equipes da 23ª Procuradoria Criminal e da Coordenadoria de Recursos Criminais, chefiadas Dr. Fábio Strecker Schmitt, que me proporcionaram o melhor ambiente de trabalho possível e são responsáveis por grande parte do meu conhecimento jurídico. Ainda, à equipe da Vara de Execuções Penais, a qual, como primeira oportunidade de trabalhar com o Direito Penal, me fez ter certeza que meu caminho é no Direito Criminal.

Por fim, mas não menos importante, sou imensamente grata à minha coorientadora, Daniela Queila dos Santos Bornin, e ao meu orientador, Alexandre Moraes da Rosa, por poucos meses antes do término da graduação, nos “45 minutos do segundo tempo”, aceitarem me auxiliar na elaboração deste estudo, contribuindo profundamente com a minha formação.

Somos assim: sonhamos o voo, mas tememos a altura. Para voar é preciso ter coragem para enfrentar o terror do vazio. Porque é só no vazio que o voo acontece. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Mas é isso o que tememos: o não ter certezas. Por isso trocamos o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram.

É um engano pensar que os homens seriam livres se pudessem, que eles não são livres porque um estranho os engaiolou, que eles voariam se as portas estivessem abertas... A verdade é oposto. Não há carcereiros. Os homens preferem as gaiolas aos voos. São eles mesmos que constroem as gaiolas em que se aprisionam...
(Fiódor Dostoiévski)

RESUMO

MACEDO, Gabriela Cantos. *A responsabilidade penal dos portadores de psicopatia*. 2018. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas/CCJ, Curso de Graduação em Direito, Florianópolis. 2018.

O presente trabalho tem como objetivo estudar a resposta do Direito Penal Brasileiro ao infrator portador de psicopatia, abordando a sistemática da responsabilização penal do criminoso psicopata. Tal discussão se mostra pertinente no cenário atual, em razão das grandes controvérsias e polêmicas quanto ao tratamento penal adequado aos indivíduos psicopatas. Para tanto, partiu-se de um método dedutivo, com pesquisa descritiva e explicativa, baseada em análise bibliográfica e jurisprudencial, dividida em três capítulos. Em um primeiro momento, a pesquisa abordará a teoria do crime, esmiuçando-se cada um de seus elementos fundamentais, com atenção aos elementos normativos da culpabilidade, em especial, a imputabilidade e seus desdobramentos – inimputabilidade e semi-imputabilidade. Em seguida, no capítulo segundo, o estudo será direcionado ao âmbito psiquiátrico, revelando as principais características da psicopatia, seu conceito e métodos para obtenção do diagnóstico do indivíduo psicopata. Por fim, observando a jurisprudência e artigos de leis, bem como apresentando casos de repercussão nacional, o trabalho apresentará, em seu terceiro capítulo, a psicopatia de forma interdisciplinar. Sob a ótica do Direito Penal Brasileiro, a pesquisa definirá a responsabilidade penal dos criminosos psicopatas e, conseqüentemente, apresentará sugestões para o tratamento jurídico-penal adequado.

Palavras-chave: psicopatas; psicopatia; responsabilidade penal; culpabilidade, imputabilidade;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 TEORIA DO CRIME.....	10
1.1 CULPABILIDADE	14
1.1.1 Consciência sobre a ilicitude	19
1.1.2 Imputabilidade	20
1.1.3 Exigibilidade de conduta adversa	24
1.2 DETERMINISMO E LIVRE ARBÍTRIO.....	25
2 A PSICOPATIA.....	27
2.1 HISTÓRICO	29
2.2 <i>PSYCHOPATHY CHECKLIST</i>	31
2.2.1 Aspectos ligados aos sentimentos e relacionamentos	33
2.2.1.1 Superficialidade e eloquência.....	33
2.2.1.2 Egocentrismo e megalomania.....	33
2.2.1.3 Ausência de sentimento de culpa.....	34
2.2.1.4 Ausência de empatia.....	34
2.2.1.5 Mentiras, trapaças e manipulação.....	35
2.2.1.6 Pobreza de emoções.....	35
2.2.2 Aspectos referentes ao estilo de vida e ao comportamento antissocial.....	37
2.2.2.1 Impulsividade	37
2.2.2.2 Autocontrole deficiente	37
2.2.2.3 Necessidade de excitação	37
2.2.2.4 Falta de responsabilidade.....	38
2.2.2.5 Problemas comportamentais precoces.....	38
2.2.2.6 Comportamento transgressor no adulto.....	38
2.2.3 O quadro completo.....	39
2.3 O PSICOPATA.....	39
2.3.1 O porquê.....	41
2.4 CURA	42
2.4.1 Tratamento	42
3 A RESPONSABILIDADE PENAL DOS PSICOPATAS	45
3.1 A PSICOPATIA	46
3.2 IMPUTABILIDADE	47
3.3 CASOS EMBLEMÁTICOS	52

3.3.1 F	52
3	54
3.4 ALTERNATIVAS AO TRATAMENTO PENAL	54
3.4.1 Segregação	55
3.4.2 Programas de tratamento	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

O interesse no tema do presente trabalho surgiu em decorrência do estágio extracurricular realizado na Vara de Execuções Penais, local no qual, após o contato direto com diversos crimes, alguns deles de extrema violência e frieza, questionou-se se seus autores sofriam de algum distúrbio mental, o que culminou na decisão de estudar a psicopatia sob o ponto de vista jurídico-penal.

Surgido o interesse e iniciada a pesquisa, verificou-se que o ordenamento jurídico brasileiro é silente quanto à responsabilidade penal do infrator diagnosticado com psicopatia, ocasionando divergências doutrinárias e insegurança jurídica quanto ao enquadramento dos psicopatas.

Definir a forma de responsabilização penal do psicopata é de suma pertinência. Caso se conclua que o mesmo é imputável, deverá responder pela infração exatamente conforme previsto pela norma infringida. Em contrapartida, entendendo-se que o psicopata é inimputável, deverá ser aplicada uma medida de segurança detentiva. Ainda, poderá o magistrado reconhecer a semi-imputabilidade, devendo reduzir a pena de um a dois terços, na forma do parágrafo único do artigo 26 do Código Penal, ou substituí-la por medida de segurança, conforme dispõe o artigo 98, do mesmo código.

Atualmente, ante a popularização de filmes e séries que retratam crimes praticados por psicopatas, bem como em razão da ampla exposição midiática de casos impactantes e perturbantes, tais como o “Maníaco do Parque”, a indagação acerca da modalidade de responsabilização penal dessa parcela da população não é debatida tão somente no meio jurídico, mas sim por toda a população brasileira.

É de suma importância que se discuta tal temática, de forma não só a instruir os profissionais da saúde e os operadores do direito, mas também de transmitir o conhecimento à sociedade de forma correta, desmistificando-se, assim, ideias de senso comum. Logo, mediante a realização desta pesquisa, busca-se contribuir com o estudo acerca do tema.

Por conseguinte, o trabalho foi demarcado em torno do seguinte problema: os infratores penais portadores de psicopatias devem ser penalmente responsabilizados?

O objetivo geral desta monografia é descrever os conceitos de crime, analisar seus elementos e investigar sua incidência nos portadores de psicopatia. Ainda, figuram como objetivos específicos deste trabalho monográfico: discorrer sobre a psicopatia, de modo a conceituá-la e caracterizá-la, bem como apresentar casos emblemáticos e o entendimento adotado pelos órgãos julgadores.

O trabalho será realizado seguindo o método de abordagem dedutivo, fundado na consulta à doutrina, à legislação e à jurisprudência dos tribunais pátrios. Como método de procedimento, será adotado, nos capítulos 2 e 3, o método descritivo, pois serão descritos os caracteres da teoria do crime e da psicopatia, enquanto no capítulo 3 será adotado o método argumentativo, com vistas a demonstrar como deve figurar a responsabilidade penal para os infratores portadores de psicopatias. A técnica de pesquisa é bibliográfica e jurisprudencial. A teoria de base é relacionada à psicologia jurídica.

Assim, esta monografia, dividida em três capítulos, propõe a análise da responsabilização penal do infrator psicopata.

No capítulo inaugural, será analisada a função do Direito Penal e o conceito de crime, adotando-se, no ponto, a ótica analítica. Adentra-se, para isso, na Teoria do Crime, possibilitando o estudo de cada um dos três componentes constitutivos do crime – tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Discute-se, por fim, os elementos da culpabilidade, com foco na imputabilidade.

Em um segundo momento, parte-se para uma visão interdisciplinar da psicopatia. Primeiramente, serão abordadas as questões históricas acerca da identificação e diagnóstico desta perturbação mental. Com isso, chegar-se-á ao atual conceito de psicopatia e as características dos indivíduos acometidos por ela.

Por fim, no terceiro capítulo será exposto como a responsabilidade penal deve incidir nos portadores de psicopatia, consideradas as particulares características de suas personalidades. É realizada, ainda, a análise de casos emblemáticos e decisões de Tribunais de Justiça, a fim de demonstrar como a questão tem sido tratada. Ao fim, serão realizadas breves considerações acerca do que se pode concluir como o tratamento penal adequado.

1 TEORIA DO CRIME

Historicamente, especialmente após a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, predomina o entendimento de que o Direito Penal tem finalidade protetiva, cumprindo a ele defender os bens que, por serem considerados demasiadamente valiosos para o indivíduo e a sociedade, não são suficientemente protegidos pelos demais ramos do Direito.

O Direito Penal, em seu sentido objetivo, pode ser entendido como a parte do ordenamento jurídico que tem por objeto, através de normas estabelecidas pelo Estado - regras e princípios -, proibir determinadas ações ou omissões, instituindo infrações de natureza penal e suas correspondentes sanções - penas ou medidas de segurança. (BITENCOURT, 2012, p. 19)

Vejamos a definição apresentada pelos autores Zaffaroni e Pierangeli:

Com a expressão “direito penal” se designam – conjunta ou separadamente – duas entidades diferentes: 1) o conjunto de leis penais, isto é, a legislação penal; e 2) o sistema de interpretação desta legislação, isto é, o saber do direito penal. Tendo em conta esta duplicidade, e sem pretensões de dar uma definição – e sim uma simples noção prévia -, podemos dizer provisoriamente que o direito penal (legislação penal) é o conjunto de leis que traduzem normas que pretendem tutelar bens jurídicos, e que determinam o alcance de sua tutela, cuja violação se chama “delito”, e aspira a que tenha como consequência uma coerção jurídica particularmente grave, que procura evitar o cometimento de novos delitos por parte do autor. No segundo sentido, direito penal (saber do direito penal) é o sistema de compreensão (ou interpretação) da legislação penal. (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2006, p.77 e 78).

Assim, chama-se Direito Penal o conjunto de normas jurídicas que, na tentativa de evitar a prática de infrações penais, descreve condutas reprováveis e as associa a penas - ou medidas de segurança.

Diante dos preceitos doutrinários expostos, constata-se que a violação da tutela jurídica é denominada “infração penal”, sendo necessário adentrar os estudos nos elementos indispensáveis do instituto para melhor caracterizá-la.

Nesse sentido, convém destacar que o sistema jurídico-penal brasileiro adotou o critério bipartido, ou seja, entende “infração penal” como gênero, o qual se refere às violações de forma geral e abrange duas espécies: as contravenções penais e os crimes, também chamados delitos. (GRECO, 2014, p. 144)

Com a redação da Lei de Introdução ao Código Penal¹, as duas espécies de infração penal foram distinguidas de acordo com a sanção correspondente², sendo o crime definido como a infração que comina pena de reclusão ou detenção, podendo ou não ter aplicação cumulada à pena de multa, e a contravenção penal como a infração que resulta pena de prisão simples, cumulativamente ou alternativamente à pena de multa.

Vejamos:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,
DECRETA:

Art 1º Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente. (BRASIL, 1941).

Assim, a Lei de Introdução ao Código Penal, bem como o próprio Código Penal Brasileiro³, não apresentam um conceito de infração penal ou os requisitos da conduta criminosa, tão somente se limitam a exibir um critério para distinguir os crimes das contravenções penais, diferentemente dos códigos anteriores.

Fazendo um breve recorte histórico, o Código Criminal do Império⁴, em seu artigo 2º, § 1º, definiu crime ou delito como toda ação ou omissão voluntária contrária às leis penais. Já o Código Penal Republicano⁵, dispôs no artigo 2º que a violação penal consiste na ação ou omissão; constitui crime ou contravenção penal.

Atualmente, todavia, a insuficiência de definição normativa para “infração penal” na legislação penal brasileira fez com que coubesse à doutrina, através da teoria, estudar o delito e adotar referentes na tentativa de conceituá-los.

Na lição de Zaffaroni, chama-se teoria do delito:

[...] a parte da ciência do direito penal que se ocupa de explicar o que é o delito em geral, quer dizer, quais são as características que devem ter qualquer delito. Esta explicação não é um mero discorrer sobre o delito com interesse puramente especulativo, senão que atende à função essencialmente prática, consistente na

¹ Decreto-Lei n. 3.914, de 9 de dezembro de 1941.

² Regra quebrada pelo artigo 28, da Lei n. 11.343/2006.

³ Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

⁴ Lei de 16 de dezembro de 1830.

⁵ Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890.

facilitação da averiguação da presença ou ausência de delito em caso concreto. (ZAFFARONI, 1996, p. 317).

Os penalistas, na incumbência de definir “crime”, apresentaram diferentes conceitos: ora enfatizando o aspecto legislativo – conceito formal -, ora adentrando na essência do instituto – conceito material -, e ora destrinchando os elementos constitutivos do crime – conceito analítico. (ESTEFAM, 2018, p. 203)

Sintetizando, sob o aspecto formal, o qual preza pela definição a partir da forma, crime é a conduta proibida por lei, cuja prática corresponde a uma pena criminal, seja pena de prisão ou uma modalidade alternativa de pena.

Por sua vez, a ótica material visa estabelecer a essência do conceito, isto é, os motivos que levaram o legislador a considerar um determinado fato criminoso e outro não. Nesta senda, crime é a ação ou omissão, voluntária e consciente, que contraria valores ou interesses essenciais à sociedade, exigindo sua proibição com a ameaça de pena.

Ocorre que, ante a necessidade de analisar os requisitos para que se configure uma infração penal, a presente pesquisa adotará um terceiro critério, denominado analítico, o qual analisa, separadamente, cada um dos elementos estruturais do conceito de crime.

Sobre o conceito analítico de crime, preleciona Assis Toledo:

Substancialmente, o crime é um fato humano que lesa ou expõe a perigo bens jurídicos (jurídicos-penais) protegidos. Essa definição é, porém, insuficiente para a dogmática penal, que necessita de outra mais analítica, apta a pôr à mostra os aspectos essenciais ou os elementos estruturais do conceito de crime. E dentre as várias definições analíticas que têm sido propostas por importantes penalistas, parece-nos mais aceitável a que considera as três notas fundamentais do fato-crime, a saber: a ação típica (tipicidade), ilícita ou antijurídica (ilicitude) e culpável (culpabilidade). O crime, nessa concepção que adotamos, é, pois, ação típica, ilícita e culpável. (TOLEDO, 1994, p. 80)

O sistema analítico, portanto, propõe a identificação e análise individual e específica de cada um dos três elementos constitutivos do crime, quais sejam, a conduta típica, antijurídica e culpável.

A conduta típica, primeiro requisito estrutural do crime, é um modelo genérico de conduta, composta por elementos do fato punível descritos na lei penal, cuja composição varia em função da espécie de crime e será comparada ao fato concreto.

Na lição de Bitencourt:

Tipo é um modelo abstrato que descreve um comportamento proibido. Cada tipo possui características e elementos próprios que os distinguem uns dos outros, tornando-os todos especiais, no sentido de serem inconfundíveis, inadmitindo-se a adequação de uma conduta que não lhes corresponda perfeitamente. Cada tipo desempenha uma função particular, e a falta de correspondência entre uma conduta e um tipo não pode ser suprida por analogia ou interpretação extensiva. O tipo, como conjunto dos elementos do injusto característicos de uma determinada classe de delito, compreende a descrição dos elementos que identificam a conduta proibida pela norma; mas não alcança a descrição dos elementos do tipo permissivo, que caracterizam as causas de justificação. (BITENCOURT, 2012, p. 130)

Em breve síntese, o tipo penal se refere à descrição legal da conduta proibida, possuindo, no aspecto objetivo, os elementos descritivos, como a forma de execução, lugar e tempo, os quais independem de juízo de valor, e os elementos normativos, cujos conceitos, expressos em termos jurídicos, dependem de certa valoração, tais como “sem permissão legal” – artigo 292, do Código Penal - “fraudulentamente” – artigo 177, *caput*, do Código Penal -, “documento” – artigos 297, 298 e 299, do Código Penal - e “coisa alheia” – artigos 155 e 157, do Código Penal.

O tipo penal, ainda, é composto por elementos subjetivos, os quais pertencem ao campo psíquico e se manifestam na intenção do agente de praticar a ação, tais como a culpa e o dolo.

Assim, o fato típico é um modelo abstrato de conduta proibida pela lei penal, sendo composto pela vontade de agir do agente – forma dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva – ligada ao resultado através de um nexo de causalidade.

A antijuridicidade, ou ilicitude, segundo elemento constitutivo do crime, diz respeito à contrariedade entre as características de um fato concreto e a conduta descrita no ordenamento jurídico.

Como bem salienta Greco:

Esse conceito, contudo, limita-se a verificar a existência de uma norma anterior à conduta do agente, e se esta contraria aquela, deixando transparecer uma natureza meramente formal da ilicitude. É claro que para que, possamos falar em ilicitude, é preciso que o agente contrarie uma norma, pois, se não partirmos dessa premissa, sua conduta, por mais antissocial que seja, não poderá ser considerada ilícita, uma vez que não estaria contrariando o ordenamento jurídico-penal. (GRECO, 2014, p. 315)

Destaca-se que embora o fato típico seja, em grande parte, antijurídico, visto que a tipicidade decorre da prática de conduta descrita na figura penal incriminadora, os dois elementos não se confundem. Deve-se considerar, por exemplo, que o agente pode atuar amparado por uma causa excludente de ilicitude – tal como a legítima defesa, o estado de necessidade, o estrito cumprimento de dever legal e o exercício regular de direito.

Acerca das causas legais de exclusão de ilicitude, o Título II do Código Penal dispõe:

Exclusão de ilicitude

Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato:

I - em estado de necessidade;

II - em legítima defesa;

III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Excesso punível

Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

Estado de necessidade

Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

§ 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

§ 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

Legítima defesa

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Isso posto, a tipicidade não implica, necessariamente, na antijuridicidade, razão pela qual reitera-se: os elementos constitutivos do crime devem ser analisados separadamente.

Por fim, embora não se ignore que parte da doutrina adota o conceito bipartido, no qual apenas a tipicidade e a antijuridicidade atuam como elementos constitutivos do crime, enquanto a culpabilidade é pressuposto de aplicação da pena, o presente estudo se filiará ao majoritário conceito tripartido, o qual entende que o crime é composto por três elementos: a tipicidade, a antijuridicidade e a culpabilidade.

Assim, parte-se à análise do terceiro e último requisito para configuração da infração penal, a culpabilidade, o qual é o objeto principal de estudo deste capítulo.

1.1. CULPABILIDADE

A culpabilidade parte do princípio *nullum crimen sine culpa* – não há crime sem culpa – sendo compreendida como o juízo de reprovabilidade pessoal realizado sobre a conduta típica e antijurídica praticada pelo agente, com o propósito de aferir a possibilidade de imposição de pena.

Para aprofundar o estudo deste terceiro elemento, parte-se de um retrospecto histórico pelas teorias da culpabilidade e evolução de seu conceito.

No período primitivo do Direito Penal, no qual os homens viviam organizados em tribos, as regras eram formuladas de acordo com os hábitos, crenças e costumes do grupo, sendo a pena simples consequência de condutas consideradas indignas. Assim, a responsabilidade penal era objetiva, bastando existir nexo causal entre a conduta e o resultado. (CAPEZ, 2012, p. 326).

Com o direito romano, a teoria da culpabilidade começou a se desenvolver, garantindo a necessidade de dolo ou culpa – responsabilidade subjetiva.

Na Idade Média, com influência do livre-arbítrio, a mera existência de nexo causal entre a conduta e o dano passou a não ser mais suficiente para determinar a culpa do agente, fazendo com que os critérios de responsabilização e de proporcionalidade da pena ganhassem importância. (CAPEZ, 2012, p. 327)

Para a época, era considerado culpado o sujeito que voluntariamente pecasse, devendo, como forma de ser responsabilizado por seus atos, cumprir uma pena proporcional ao mal causado ou pretendido.

Com o período moderno, a responsabilização sem culpa começou, de fato, a declinar. A Escola Clássica, influenciada pelo direito canônico e pelo jusnaturalismo, representada por Francesco Carrara (1805 – 1888), firmou-se respaldada no livre-arbítrio. Assim, somente aquele que optasse por cometer um delito deveria ser responsável pelo dano causado. Ainda, quanto à pena, predominava a visão utilitária de Carmignani (1768 – 1847), Romagnosi (1761 – 1835) e Feuerbach (1775 – 1833), sendo entendida como instrumento de prevenção e garantia da segurança social. (CAPEZ, 2012, p. 328)

Já a Escola Positiva Italiana e seus principais expoentes, Lombroso (1836 – 1909), Ferri (1856 – 1929) e Garofalo (1851 – 1934), era contrária à teoria do livre-arbítrio, pois defendia existir um determinismo absoluto. Seguindo a linha, a criminalidade derivava de fatores biológicos, devendo a pena atuar como um remédio aplicado ao criminoso: ser doente e portador de malformações e anomalias psíquicas. (CAPEZ, 2012, p. 328)

A responsabilidade objetiva, no entanto, foi superada. Na atualidade, entende-se que a culpabilidade diz respeito à possibilidade de repreender alguém que, por espontânea vontade ou por inaceitável descuido, pratica uma conduta ilícita. Logo, se o agente não podia ou devia agir de modo diferente, não há reprovação, não há responsabilidade do agente e, consequentemente, não há pena.

Para elucidar a responsabilidade do agente, a doutrina formulou diversas teorias, quais sejam:

A teoria psicológica, ou sistema causal-naturalista, idealizada por Franz von Liszt e Ernst von Beling, aponta a imputabilidade como o principal elemento da culpabilidade, a qual é compreendida como o vínculo psicológico entre o sujeito e o fato típico e antijurídico praticado. Tal capacidade do sujeito de entender a ilicitude das condutas e agir com a devida conformidade possui, como espécies, o dolo e a culpa, sendo essas as formas concretas de revelar o vínculo psicológico. (MASSON, 2012, p. 440)

De acordo com essa visão, a imputabilidade é pressuposto da culpabilidade, sendo necessário, antes de analisar a presença de dolo ou culpa, certificar que o sujeito ativo da conduta é imputável, isto é, capaz de responder pelo injusto penal causado.

A teoria, no entanto, não resolvia os casos de inexigibilidade de conduta diversa, quando o agente não tem condições de prever o resultado do fato praticado, tais como nas situações de coação moral irresistível, obediência hierárquica à ordem não manifestamente ilegal e culpa inconsciente.

Em razão disso, ante as críticas e lacunas, Reinhart Frank propôs e trouxe alterações à teoria psicológica, originando o sistema neoclássico, também chamado de teoria normativa ou psicológico-normativa, o qual relacionava a culpabilidade com a exigibilidade de conduta diversa.

Com a proposta de Frank, atribuiu-se à culpabilidade um novo elemento normativo, inicialmente chamado de normalidade das circunstâncias concomitantes e, posteriormente, conhecido como motivação normal ou exigibilidade de conduta diversa. Destarte, a culpabilidade deixa de ser entendida como uma mera relação psicológica entre o agente e o fato, sendo necessário, para que haja punição pela prática de um fato ilícito, que a conduta conforme o direito possa ser exigida nas condições fáticas. (GRECO, 2014, p. 384)

Dessa forma, a culpabilidade é constituída por três elementos: a imputabilidade, o dolo ou culpa e a exigibilidade de conduta diversa.

A imputabilidade, portanto, deixa de ser pressuposto da culpabilidade para atuar como seu elemento, dizendo respeito à possibilidade de responsabilizar alguém pela prática de um fato ilícito. Em resumo, um sujeito é considerado culpável quando, apesar da capacidade de discernimento – maior de dezoito anos e mentalmente sadio -, a qual o possibilitaria se comportar em conformidade com o ordenamento jurídico, age com dolo ou culpa.

Importa destacar que a teoria não eliminou da definição de culpabilidade o vínculo psicológico - dolo ou culpa – que une o agente ao fato ilícito, já que a conceitua como o juízo de reprovabilidade do autor que pratica um fato típico e ilícito evitável, mas tão somente a reforçou, acrescentando a exigibilidade da conduta diversa. (MASSON, 2012, p. 442)

Assim, o dolo permaneceu normativo, isto é, além de compor um dos elementos da culpabilidade, assentou ser necessário para a sua caracterização, além da vontade de praticar o fato típico, a consciência da ilicitude. Dessa forma, o dolo representa a vontade consciente do agente de realizar a conduta ilícita, enquanto a culpa, nas palavras de Greco, uma vontade “defeituosa”.

Por fim, a não exigibilidade de conduta diversa atuava como causa excludente da culpabilidade, tendo em vista que, na hipótese de as circunstâncias em que ocorreram o fato ilícito demonstrarem impossibilidade de se exigir conduta distinta da realizada pelo agente, entendia-se que a atuação não foi culposa. (GRECO, 2014, p. 386)

Com o finalismo penal de Hans Welzel, o qual abandonou o pensamento abstrato da teoria neoclássica e adotou uma teoria normativa pura, extrema e estrita da culpabilidade, os

elementos psicológico-normativos foram transferidos para o fato típico, especificamente para a conduta. (MASSON, 2012, p. 442)

Partindo dessa premissa, o dolo não era analisado como elemento da culpabilidade, o que o afastou de toda carga normativa – a consciência sobre a ilicitude da conduta – e o reposicionou no tipo. O elemento subjetivo passou a ser a ação, a qual visava compreender a finalidade do agente e, assim, adequar a conduta ao modelo abstrato previsto no tipo penal.

Na lição de Greco:

Os tipos penais, na concepção finalista, passaram a considerar-se complexos, uma vez que neles deviam fundir-se os elementos de natureza objetiva com aqueles de natureza subjetiva (dolo e culpa).

A antijuricidade, como predicado da ação típica, também deveria, a partir de agora, vir impregnada do mesmo elemento subjetivo desta última. O injusto penal (ação típica e antijurídica), portanto, não mais seria tido como objetivo como na primitiva concepção Liszt-Beling, pois que nele deveria verificar-se o seu elemento subjetivo. Da culpabilidade foram extraídos o dolo e a culpa, sendo transferidos para a conduta do agente, característica integrante do fato típico. O dolo, após a sua transferência, deixou de ser normativo, passando a ser um dolo tão somente natural. Na culpabilidade, contudo, permaneceu a potencial consciência sobre a ilicitude do fato – extraído do dolo –, juntamente com a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa. (GRECO, 2014, p. 389)

Seguindo esse raciocínio, a culpabilidade é entendida como a reprovabilidade da decisão voluntária do agente, sendo baseada em sua capacidade de autodeterminação, ou seja, na faculdade de atuar de modo diverso do qual agiu.

Vejamos nos ensinamentos de Hans Welzel:

Culpabilidade é o que reprova o autor que podia atuar conforme as normas ante a comunidade jurídica por sua conduta contrária ao Direito. A culpabilidade é um conceito valorativo negativo e, portanto, um conceito graduável. A culpabilidade pode ser maior ou menor, segundo a importância que tenha a exigência do Direito e sua facilidade ou dificuldade do autor em satisfazê-la. (WELZEL, 2015, p. 111)

Ainda:

O conceito de culpabilidade acrescenta ao de ação antijurídica – tratando-se de uma ação dolosa ou não dolosa – um novo elemento, que a transforma em delito. A antijuridicidade é, como vimos, uma relação de discordância entre a ação e o ordenamento jurídico: a realização da vontade não é como objetivamente espera o Direito que sejam as relações no âmbito social. A culpabilidade não se conforma com essa relação de discordância objetiva entre a ação e o ordenamento jurídico, mas lança sobre o autor a reprovabilidade pessoal por não haver omitido a ação antijurídica apesar de tê-la podido omitir. A culpabilidade contém, pois, dupla relação: a reação do autor não é como exige o Direito, apesar de o autor ter podido realizá-la de acordo com a norma. Nessa dupla relação, do não dever ser antijurídica

com o poder ser lícita, consiste o caráter específico de reprovabilidade da culpabilidade. (WELZEL, 2015, p. 109)

Por conseguinte, para que haja, de fato, culpabilidade, indispensável que o agente tenha consciência de que poderia ter agido da forma que indica a lei. Deve ficar evidente que, diante de suas condições psíquicas, possuía grau de capacidade suficiente para entender a antijuricidade da conduta e adequá-la à sua compreensão.

1.1.1. Consciência sobre a ilicitude

Para legitimar a responsabilidade do autor da infração penal, é necessário, como já exposto, que ele seja dotado da capacidade de entendimento e determinação da conduta, visto que somente pode ser exigível o cumprimento da norma se, no mínimo, o sujeito tiver potencialidade de entender o aspecto criminoso de seu comportamento. (MASSON, 2012, p. 477)

Como bem apontou Eisele:

A legitimidade da responsabilização do sujeito pela prática da conduta é condicionada por dois requisitos: 1) a capacidade de entender o significado do fato, formando a compreensão do sentido do contexto situacional no qual se encontra inserido, assim como a capacidade de entendimento do significado de sua intervenção em tal situação e; 2) a capacidade de opção e decisão consciente pela realização ou não do comportamento. Tais aspectos são pressupostos à responsabilização do sujeito porque somente é exigível de alguém o cumprimento de uma norma se esta pessoa puder entender o que está ocorrendo (seus significado social) e, nesta situação, puder optar pela realização ou não da conduta. (EISELE, 2018, p. 558)

Nesse sentido, destaca-se que a consciência necessária para a reprovação penal não precisa ser uma consciência real, na qual o agente efetivamente tem conhecimento de que a conduta por ele praticada é ilícita, mas basta a potencial consciência, isto é, a possibilidade de alcançar esse conhecimento.

Na condição de ausência da potencial consciência da ilicitude, segundo entende o sistema finalista adotado⁶, o dolo natural é integralmente preservado, enquanto a

⁶ Para a teoria finalista da ação, adotada pelo Código Penal Brasileiro, será típico o fato praticado pelo agente se este atuou com dolo ou culpa na sua conduta; se ausente tais elementos, não poderá o fato ser considerado típico, logo sua conduta será atípica. Deve-se observar, portanto, a intenção e a finalidade objetivada pelo autor para que possa a conduta ser imputada ao mesmo, contrapondo-se à Teoria Causalista ou Teoria Clássica.

culpabilidade afastada, como ocorre no erro de proibição escusável, cuja hipótese se encontra disposta no parágrafo único do artigo 21 do Código Penal (MASSON, 2012, p. 478):

Erro sobre a ilicitude do fato

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência. (BRASIL, 1984)

Assim, não havendo capacidade de entendimento e determinação, o sujeito não pode ser penalmente responsabilizado por seu comportamento. (CAPEZ, 2012, p. 334)

1.1.2. Imputabilidade

A imputabilidade, outro dos elementos da culpabilidade, consiste na possibilidade de se responsabilizar penalmente uma pessoa física pela prática de fato típico e ilícito.

O Código Penal brasileiro, seguindo a tendência das legislações modernas, optou por não definir a imputabilidade, mas tão somente apresentar os elementos que, segundo critério político-legislativo, conduzem à inimputabilidade: o desenvolvimento mental incompleto ou retardado. (MASSON, 2012, p. 452)

O artigo 26, *caput*, do Código Penal⁷, em sua redação, expõe:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (BRASIL, 1984)

Para aferir a inimputabilidade, portanto, adotou-se três diferentes critérios: o critério biológico, o critério psicológico e o critério biopsicológico, os quais serão brevemente elucidados.

Para o critério biológico, será considerado inimputável o sujeito que, através de prova objetiva, tal como um laudo pericial, comprovar ter o desenvolvimento mental afetado, pouco importando se estava lúcido ao tempo da prática do fato ilícito. Esse é o entendimento adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, excepcionalmente, para o caso dos menores de

⁷ Ressalta-se, nesse sentido, que a consciência da ilicitude pode estar desvinculada da possibilidade de controle.

dezoito anos. Isso porque se presume que crianças e adolescentes, unicamente pelo fator cronológico, não possuem plena capacidade de entendimento, razão pela qual não podem ser penalmente responsabilizados. (CAPEZ, 2012, p. 336)

Observa-se, contudo, que os fatores biológicos atuavam como absolutos e decisivos para caracterizar a inimputabilidade, impossibilitando a faculdade de o magistrado formular entendimento diverso com base na análise da dinâmica dos fatos que geraram a infração penal.

Assim, o sistema psicológico, ao contrário do biológico, propôs não utilizar como parâmetro os fatores biológicos. Este critério, em verdade, sequer considera a presença de problemas no desenvolvimento mental do agente, entendendo que o poder de compreensão do agente deve ser apreciado, apenas, considerando o momento da prática do crime. (MASSON, 2012, p. 453)

Por fim, da fusão dos dois sistemas anteriores, surge o critério biopsicológico, o qual, adotado pela legislação brasileira, exige que além da causa geradora prevista em lei – doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado -, o infrator esteja, no momento da ação delituosa, agindo sob os efeitos do distúrbio.

Desta maneira, são as causas de inimputabilidade dispostas no Título III do Código Penal: a menoridade, a doença mental, o desenvolvimento mental incompleto, o desenvolvimento mental retardado e a embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior⁸

Vejamos:

TÍTULO III DA IMPUTABILIDADE PENAL

Inimputáveis

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Redução de pena

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto

⁸ A embriaguez completa e involuntária afasta a culpabilidade e isenta o agente quando, ao tempo da ação ou há perda de consciência e, consequentemente, incapacidade de entender o caráter ilícito do fato. Já a embriaguez voluntária, ainda que completa, permite a punição do agente. (GRECO, 2014, p. 402)

ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Menores de dezoito anos

Art. 27 - Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

Emoção e paixão

Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal:

I - a emoção ou a paixão;

Embriaguez

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

§ 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

§ 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (BRASIL, 1984)

No tocante à menoridade ou ao desenvolvimento mental incompleto, conforme já exposto, excepcionalmente foi adotado o critério cronológico para constatação da inimputabilidade. À vista disso, o menor de dezoito anos de idade, independentemente de suas características individuais ou das circunstâncias do ato delituoso, será considerado penalmente inimputável⁹.

Nesse caso, conforme dispõe o artigo 27 do Código Penal e o artigo 228 da Constituição Federal¹⁰, a presunção de inimputabilidade é absoluta - *iuris et de iure* -, não sendo admitida prova em sentido contrário.

Destarte, os menores de dezoito anos que praticarem um ilícito penal, em decorrência da ausência de culpabilidade e, por consequência, da impossibilidade de sofrerem uma sanção penal, estarão sujeitos aos procedimentos e medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069/90.

As demais causas de inimputabilidade, em contrapartida, devem ser aferidas com base no critério adotado pela legislação brasileira: o biopsicológico.

⁹ Destaca-se que o caso de Champinha, o qual teve grande repercussão pelo *modus operandi* extremamente frio e violento, recebeu tratamento diverso. Além de menor de idade, o autor foi diagnosticado com psicopatia, no entanto, pode-se dizer que teve a medida socioeducativa convertida em pena prisão perpétua, tendo em vista que se encontra em uma unidade da Secretaria Estadual de Saúde destinada à recuperação de jovens infratores com distúrbios mentais graves de São Paulo desde 2003. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/brasil/dez-anos-depois-o-que-fazer-com-champinha/> > Acesso em: 23 de novembro de 2018.

¹⁰ Artigo 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988)

A doença mental, destaca-se, deve ser interpretada em sentido amplo, abrangendo a perturbação mental ou psíquica de qualquer ordem capaz de afetar a capacidade de compreensão do caráter criminoso ou a sua vontade de agir. (MASSON, 2012, p. 456)

Em consonância, afirma Bruno que seu conceito deve abarcar:

[...] os estados de alienação mental por desintegração da personalidade, ou evolução deformada dos seus componentes, como ocorre na esquizofrenia, ou na psicose maníaco-depressiva e na paranoia; as chamadas reações de situação, distúrbios mentais com que o sujeito responde a problemas embaraçosos do seu mundo circundante; as perturbações do psiquismo por processo tóxicos ou tóxico-infecciosos, e finalmente os estados demenciais, a demência senil e as demências secundárias. (BRUNO, 1967, p. 133)

O desenvolvimento mental retardado, por fim, diz respeito à incompatibilidade do estágio de vida em que se encontra a pessoa e o desenvolvimento normal esperado para a sua idade cronológica. Na hipótese, diferentemente da doença mental, deve-se comprovar, tão somente, a falta correspondência entre a expectativa de maturidade mental e a capacidade psíquica real. (MASSON, 2012, p. 457)

Exemplifica Capez:

É o caso dos oligofrênicos, que são pessoas de reduzidíssimo coeficiente intelectual. [...] Dada a sua quase insignificante capacidade mental, ficam impossibilitados de efetuar uma correta avaliação da situação de fato que lhes apresenta, não tendo, por conseguinte, condições de entender o crime que cometeram. (CAPEZ, 2012, p. 336)

Com isso, constata-se que, não obstante as diversas causas de inimizabilidade dispostas na redação do Código Penal, a inimizabilidade não decorre diretamente do prejuízo mental do agente, já que ele não implica, necessariamente, na sua incapacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Entende o Direito Penal Brasileiro que a inimizabilidade é resultado da incapacidade do agente de entender ou querer, a qual, essa sim, deve decorrer de algum dos fatores indicados no conteúdo vinculado pela norma do artigo 26, *caput*, do Código Penal. (EISELE, 2018, p. 560)

Para o reconhecimento e a mensuração do prejuízo da capacidade de entendimento e determinação do agente, contudo, faz-se necessário conhecimento técnico. O perito, preferencialmente um médico psiquiatra, deve analisar o infrator, bem como as circunstâncias

do crime, para aferir a causa e dimensionamento da incapacidade, relatando sua conclusão em laudo médico. (EISELE, 2018, p. 561)

A perícia, pois, é meio de prova legal imprescindível e fundamental para avaliação da inimputabilidade, devendo indicar indícios plausíveis de que, no momento do fato, o agente era incapaz de entender a natureza ilícita da conduta e agir conforme tal entendimento. (MASSON, 2012, p. 458)

1.1.3. Exigibilidade de conduta diversa

Uma vez configuradas a imputabilidade e a potencial consciência sobre a ilicitude, caracteriza-se a culpabilidade material, o que não significa, no entanto, que o ordenamento jurídico tenha de fazer a provação da culpabilidade, já que pode renunciar a reprovação e, conseqüentemente, absolver o agente. (BITENCOURT, 2012, p. 450)

Na precisa lição de Rogerio Greco:

O conceito de exigibilidade da conduta diversa é muito amplo e abrange até mesmo as duas situações anteriormente colocadas – imputabilidade e potencial consciência sobre a ilicitude do fato -, que tem como finalidade precípua afastar a culpabilidade do agente. Se o agente era inimputável, pois, ao tempo da ação ou da omissão, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, não se lhe podia exigir uma conduta conforme o direito; da mesma forma aquele que atua não possuindo a necessária consciência sobre a ilicitude do fato. Todas essas causas dirimentes da culpabilidade desembocarão, é certo, na chamada inexigibilidade de outra conduta, haja vista que, nas condições em que se encontrava o agente, não se podia exigir dele comportamento diverso. (GRECO, 2014, p. 411)

A exigibilidade de conduta diversa, portanto, pode ser conceituada como a possibilidade de o sujeito, no momento da ação ou da omissão, agir conforme determina o ordenamento jurídico.

Desse modo, admite-se a exclusão da culpabilidade em casos excepcionais que indicam a não reprovabilidade ética da conduta, em razão de, considerando as circunstâncias, não ser exigível do autor comportamento diverso do adotado. São algumas das causas legais

que excluem a culpabilidade, de acordo com o Código Penal, a coação irresistível¹¹ e a obediência hierárquica¹².

Vejamos:

Coação irresistível e obediência hierárquica

Art. 22 - Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem. (BRASIL, 1984)

Isso posto, nos casos em que não é culturalmente exigível do agente um comportamento distinto, como nas hipóteses apresentadas, a culpabilidade deve ser excluída, fazendo com que a conduta, embora reprovável sob o ponto de vista jurídico, seja tolerada pela a sociedade. (EISELE, 2018, p. 580)

2.2. DETERMINISMO E LIVRE-ARBÍTRIO

Acerca do fundamento da reprovabilidade da conduta, partindo do estudo da culpabilidade, há duas correntes que buscam explicar os motivos que levam o homem a praticar uma conduta ilícita.

A primeira teoria, fruto da Escola Clássica, prega o livre-arbítrio, fundamentando-se na ideia de que o homem é livre para realizar as suas escolhas, não havendo nenhuma influência ou causa determinante, devendo a responsabilidade incidir sobre o sujeito e seus atos. (GRECO, 2014, p. 379)

Nesse sentido:

Este livre-arbítrio é que serve, portanto, de justificação às penas que se impõem aos delinquentes como um castigo merecido, pela ação criminosa e livremente voluntária. Só é punível quem é moralmente livre e, por conseguinte, moralmente responsável, porque só estes podem ser autores de delitos. Se o homem cometeu um crime deve ser punido porque estava em suas mãos abster-se ou se o quisesse, praticar ao invés dele um ato meritório. (ARAGÃO, 1995, p. 72)

¹¹ A exigência irresistível de comportamento ilícito, tal como matar alguém sob ameaça de ser morto, afasta, do coagido, a imputação do injusto penal, visto que não é exigível conduta diversa. Nos casos em que a coação é resistível, porém, o fato é considerado típico, antijurídico e culpável, mas deverá ser incidir na pena a atenuante prevista no artigo 65, inciso II, alínea c, do Código Penal. (GRECO, 2014, p. 412)

¹² Para que a obediência hierárquica afaste a culpabilidade do agente, é necessário que: 1) a ordem seja proferida por superior hierárquico; 2) a ordem não seja manifestamente ilegal, isto é, evidentemente ilegal; e 3) que o subordinado não extrapole os limites da ordem. (GRECO, 2014, p.413)

Já a segunda teoria, originada na Escola Positiva, prega o determinismo, o qual, diferentemente do propagado pelo livre-arbítrio, entende que o homem não é dotado do soberano poder de liberdade de escolha.

Moniz André assevera que, segundo tal corrente:

“ [...] admitir-se a existência de uma vontade livre, não determinada por motivos de qualquer ordem, é contestar-se o valor da herança e a influência que a educação e o meio físico e social exercem sobre os homens. Não há fugir deste dilema. Ou a /herança, o meio, a educação influem poderosamente sobre os indivíduos, formando-lhes o temperamento e o caráter, transmitindo-lhes e dando-lhes ideias e sentimentos que os levarão à prática de atos maus ou bons, conforme a natureza das qualidades morais transmitidas e adquiridas; e, então, a vontade não é livre, mas francamente determinada por esses motivos de ordem biológica, física e social. Ou a vontade é livre, exerce sua ação fora da influência destes fatores e, neste caso, existe o livre-arbítrio, mas é mister confessar que o poder da herança do meio e da educação é mera ilusão dos cientistas.” (ARAGÃO, 1995, p. 82)

Para essa corrente, portanto, a conduta humana possui, simultaneamente e de forma indissolúvel, dois aspectos: um externo¹³, que corresponde ao mundo naturalístico, e um interno, traduzido pelo movimento psíquico necessário à ação de fato. (GALVÃO; GRECO, 1999, p. 362)

Importa ressaltar, todavia, que os dois conceitos não se repelem, ao contrário, se completam. Isso porque evidente que o meio social pode exercer influência na prática de determinadas infrações penais, seja pela pressão social ou até mesmo ausência de oportunidades; no entanto, o meio não é fator determinante. (GRECO, 2014, p. 381)

Assim, a culpabilidade corresponde à decisão de praticar um ato que não condiz com a lei, devendo ser considerados, para a sua apuração, tanto os fatores internos, quanto os fatos externos, a fim de identificar se, nas condições em que o agente se encontrava, poderia ter agido de outro modo.

¹³ A título de curiosidade, Cesare Lombroso, em seu estudo sobre a Antropologia Criminal, concluiu que determinadas características físicas e psíquicas comuns dos denominados delinquentes poderiam identificá-los como tais, nomeando-os criminosos natos.

2 A PSICOPATIA

A palavra “psicopatia”, derivada do grego *psyche* – mente - e *pathos* – doença -, literalmente significa “mente doente” ou “doença da mente”, sendo esse o significado encontrado em alguns dicionários. Entretanto, para os padrões psiquiátricos, a psicopatia não se encaixa na visão tradicional das doenças mentais. (SILVA, 2014, p. 38).

Os indivíduos portadores de psicopatia não são considerados loucos que perderam o contato com a realidade, tampouco sofrem dos sintomas que caracterizam a maioria dos transtornos mentais, tais como os delírios ou alucinações - como a esquizofrenia – ou intenso sofrimento mental – como a depressão ou o pânico.

Muito embora possam desenvolver estados temporários de doença mental, assim como outra pessoa qualquer, seus atos não resultam de uma mente perturbada, como ocorre no caso dos psicóticos¹⁴, mas de uma racionalidade fria e calculista, sendo o comportamento decorrente de uma livre escolha. (HARE, 2013, p. 23)

A classificação da psicopatia é controversa, já que não há consenso se a patologia, enquanto perturbação da personalidade, deve ser compreendida como uma nova categoria nas classificações internacionais ou se os transtornos de personalidade já catalogados dão conta de abarcá-la.

Da mesma forma, não há consonância entre o entendimento da Associação de Psiquiatria Americana (DSM-IV-TR), que utiliza, para definir psicopatia, a expressão “Transtorno de Personalidade Antissocial”, e da Organização Mundial de Saúde (CID-10), que prefere “Transtorno de Personalidade Dissocial”. (SILVA, 2014, p. 38)

Assim, os psicopatas acabam sendo denominados, dentre outros, como portadores de personalidade dissocial, portadores de personalidade amoral, e, principalmente, sociopatas e portadores de transtorno da personalidade antissocial. Nesse sentido, embora reconhecida a similitude entre tais transtornos de personalidade, os quais são responsáveis pela percepção rígida, restrita e distorcida dos sujeitos sobre si mesmos, terceiros e sobre o ambiente, o

¹⁴ Trata-se a psicose de um estado mental em que o indivíduo perde o contato com a realidade. (FIORELLI; MANGINI, 2016, p. 127)

presente trabalho filia-se ao entendimento de que os termos não se equivalem, pois não descrevem o mesmo perfil. (SILVA, 2014, p. 20)

No tocante ao Transtorno da Personalidade Antissocial, por exemplo, ainda que evidente a íntima relação, uma vez que o “Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” retrata a agressividade recorrente, a incapacidade de manter o emprego ou honrar dívidas, o desrespeito às leis e a falta de remorso como características desse transtorno, isso não é suficiente para caracterizar a psicopatia. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 26)

Ademais, quanto ao termo “sociopata¹⁵”, costuma ser utilizado pelos sociólogos e criminologistas que acreditam ser a síndrome forjada inteiramente por forças sociais e experiências do início da vida. Já aqueles que consideram os fatores psicológicos, biológicos e genéticos para o desenvolvimento da síndrome, como a autora desta pesquisa, entendem que os termos não podem ser tratados como sinônimos. (HARE, 2013, p. 39)

Nas palavras de Hare:

Um termo que supostamente teria o mesmo significado de “psicopatia” ou “sociopatia” é o transtorno da personalidade antissocial, descrito na terceira edição do manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, da American Psychiatric Association (DSM-III, 1980) e em sua revisão (DSM-III-R, 1987), amplamente usada como a “bíblia do diagnóstico” da doença mental. Os critérios de diagnóstico do transtorno da personalidade antissocial consistem principalmente em uma longa lista de comportamentos antissociais e criminosos. Quando a alista apareceu pela primeira vez, parecia que nenhum médico, em geral poderia avaliar de modo confiável traços da personalidade como empatia, egocentrismo, culpa etc. Portanto, o diagnóstico baseava-se naquilo que os médicos presumivelmente podiam avaliar sem dificuldade, ou seja, comportamentos objetivos, socialmente desviados. O resultado foi uma confusão durante a última década, em que muitos médicos pressupunham, erroneamente, que transtorno da personalidade antissocial e psicopatia eram termos sinônimos. (HARE, 2013, p. 40)

A principal diferença, portanto, consiste no fato de que, enquanto a sociopatia é entendida como decorrente das influências sofridas no meio social, tais como situações de abuso e maus tratos durante a infância, compreende-se a psicopatia como uma alteração genética. O transtorno, sob a perspectiva da psicopatia, seria consequência de alterações cerebrais.

¹⁵Acredita-se que termo “sociopata” foi criado por psicólogos na tentativa de afastar a semelhança entre as palavras “psicopata” e “psicótico”, pois enquanto os psicóticos agem sob influência de delírios e alucinações, os psicopatas não têm percepções distorcidas da realidade e, muito menos, crises de consciência. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 32)

Nesta senda, compreende-se a psicopatia como consequência de alterações cerebrais, precisamente no córtex pré-frontal e no sistema límbico - responsável por processar as emoções -, resultando em um comprometimento na esfera afetiva com propensão para manifestação de comportamentos antissociais. (RODENBUSCH; BOHRER; LEVISKI; FERRETI; SIMM; QUARESMA, 2018, p. 172)

No entanto, para uma melhor compreensão desse conceito de acordo com as concepções modernas, é igualmente necessário entender como o transtorno era enxergado no passado.

2.1 HISTÓRICO

A psicopatia, conforme já exposto, pode ser entendida como um transtorno de personalidade elevado ao seu nível máximo. A personalidade, nesse sentido, é um aglomerado de inclinações responsáveis por gerar um comportamento, sendo constituída de fatores internos, que dizem respeito à genética do indivíduo, e fatores externos, formados com influência do ambiente ao qual esteve e está inserido.

Nas palavras de Vasconcellos:

Esse não é, portanto, um transtorno caracterizado por delírios, alucinações ou mesmo por alguns sintomas negativos que estão presentes em diferentes transtornos psicóticos. A psicopatia é, conforme já foi ressaltado, um transtorno de personalidade, e a personalidade, em última instância, diz respeito a um conjunto de tendências comportamentais com raízes tanto genéticas como ambientais. (VASCONCELLOS, 2014, p. 49)

Sob essa perspectiva, um grupo de psicólogos chamados “psicólogos evolucionistas”, ao visualizar as tendências comportamentais a partir de um prisma Darwinista, considerando que a personalidade apresenta uma base genética, buscaram investigar como ela poderia ser moldada pela seleção natural, e como uma disfunção poderia ser resultado de pressões seletivas. (VASCONCELLOS, 2014, p. 49)

O ponto de vista, no entanto, embora não implausível, demonstrou-se improvável. Não é testável a concepção de que a psicopatia seja a expressão de um genótipo vantajoso para a população, embora alguns genes possam, de fato, influenciar no desenvolvimento da psicopatia.

Os estudos avançaram e James Cowles Pritchard, médico britânico, propôs o conceito “loucura moral” para designar o transtorno mental, uma espécie de loucura vista como sinônimo de crueldade, inexistência de compaixão e propensão para enganar. (VASCONCELLOS, 2014, p. 52)

Posteriormente, Philippe Pinel, psiquiatra francês do começo do século dezenove e um dos primeiros profissionais a escrever sobre a psicopatia, utilizou o termo “mania sem delírio” para descrever esse padrão de comportamento do psicopata, marcado pela frieza, ausência de remorso e profunda falta de empatia. (HARE, 2013, p. 41)

No entanto, o marco teórico para explicações mais consistentes ocorreu apenas na década de quarenta, com a publicação do primeiro estudo de peso sobre psicopatas, realizado pelo psiquiatra americano Hervey Milton Cleckley e intitulado *The Mask of Sanity - A Máscara da Sanidade*. (VASCONCELLOS, 2014, p. 53)

O trabalho de Hervey Checkley se baseou em entrevistas realizadas em pacientes psiquiátricos, nas quais se observou que, conquanto alguns apresentassem poucos sinais de qualquer anomalia mental, reiteradamente agiam de forma inconveniente, envolvendo-se em situações problemáticas, violentas e ilícitas. Constatou-se que certos pacientes, ainda que não fossem diagnosticados com distúrbios mentais, exibiam comportamentos que revelavam acentuada deficiência nos aspectos emocionais.

Com isso, Checkley foi o primeiro a distinguir os psicopatas dos portadores de transtornos mentais significativos, classificando-os como “indivíduos singularmente incapazes de entender a vida da forma como entendem e vivem as pessoas comuns”. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 20)

Acerca da descrição de Checkley:

Valendo-se de diferentes vinhetas clínicas, Cleckley demonstra como o transtorno ultrapassa classes sociais e se manifesta a partir de características bem definidas. Agrupa, a partir disso, as características da psicopatia em dezesseis itens, sendo eles:

- 1 – Charme superficial e boa inteligência;
- 2 – Ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional;
- 3 – Ausência de nervosismo ou manifestações psiconeuróticas;
- 4 – Falta de confiabilidade;
- 5 – Mentira e falsidade;
- 6 – Falta de remorso ou vergonha;
- 7 – Conduta antissocial não motivada pelas contingências;
- 8 – Julgamento pobre e falha em aprender com a experiência;

- 9 – Egocentrismo patológico e incapacidade para amar;
- 10 – Pobreza geral na maioria das reações afetivas;
- 11 – Perda específica de insight;
- 12 – Indiferença nas relações interpessoais em geral;
- 13 – Comportamento extravagante e inconveniente algumas vezes sob a ação de bebidas, outras não;
- 14 – Suicídio raramente praticado;
- 15 – Vida sexual impessoal, trivial e precariamente integrada;
- 16 – Falha sem seguir qualquer plano de vida; (VASCONCELLOS, 2014, p. 53)

Destarte, Checkley introduziu o termo “psicopata” na cultura popular e, com suas observações sobre o funcionamento do psicopata, bem como a escala de critérios para identificá-los e diagnosticá-los, constituiu a base da moderna concepção de psicopatia.

Em 1991, o psicólogo canadense Robert Hare, professor da *University of British Columbia*, após anos de dedicação profissional, revisou as observações sobre o funcionamento do psicopata realizadas por Checkley e reuniu as características comuns das pessoas com perfil psicopata, elaborando um sofisticado questionário denominado “Escala Hare”, ou *Psychopathy Checklist - Avaliação de Psicopatia* –, também conhecida pela sigla PCL. (SILVA, 2014, p. 69)

A *Psychopathy Checklist - Avaliação de Psicopatia* – é reconhecida como o atual método mais confiável para a identificação de psicopatas. O resultado é um diagnóstico seguro que gera um perfil rico e detalhado do transtorno da personalidade chamado psicopatia. (HARE, 2013, p. 47)

2.2 PSYCHOPATHY CHECKLIST

A escala PCL-R - *Psychopathy Checklist Revised* -, elaborada pelo Dr. Robert Hare é, atualmente, o padrão internacional para avaliação e diagnóstico da psicopatia. Trata-se de um instrumento que, a partir de extensas entrevistas e análises de informações provenientes de arquivos, gera uma pontuação, indicando em que grau uma pessoa demonstra as vinte qualidades fundamentais de um psicopata. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 20)

A *Psychopathy Checklist* possibilita a discussão das características dos psicopatas e, na prática, agrupa-as de acordo com dois fatores amplos: traços de personalidade e estilo de vida desviante. Ela examina, de forma detalhada, diversos aspectos do sujeito psicopata, desde

aqueles ligados aos sentimentos, até os comportamentos evidentemente transgressores. (SILVA, 2014, p. 69)

Para que um sujeito possa ser considerado psicopata, de acordo com os critérios da Escala Hare, é necessário fazer trinta ou mais pontos, de um total de quarenta dispostos entre as características de personalidade e o estilo de vida¹⁶. (HARE, 2013, p. 48)

O instrumento, embora confiável, é complexo, razão pela qual apenas deve ser utilizado por profissionais devidamente qualificados, treinados e altamente familiarizados com a sua aplicação, para garantir um diagnóstico fidedigno. (SILVA, 2014, p. 69)

A escala, desenvolvida na década de oitenta e revisada na década de noventa por Hare, fundamenta-se nos seguintes critérios:

SINTOMAS-CHAVE DA PSICOPATIA

Emocional/interpessoal:
Eloquente e superficial;
Egocêntrico e grandioso;
Ausência de remorso ou culpa;
Falta de empatia;
Enganador e manipulador;
Emoções “rasas”;
Desvio social:
Impulsivo;
Fraco controle do comportamento;
Necessidade de excitação;
Falta de responsabilidade;
Problemas de comportamento precoces;
Comportamento adulto antissocial; (HARE, 2013, p. 49)

Nesta senda, passa-se à análise das características-chave que descrevem o perfil psicopático.

¹⁶ A pontuação média do “criminoso comum” varia entre dezenove e vinte e um pontos. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 21)

2.2.1 Aspectos ligados aos sentimentos e relacionamentos

2.2.1.1 Superficialidade e eloquência

Os psicopatas costumam ser espirituosos e muito bem articulados, capazes de uma conversa divertida e agradável. O discurso inteligente, muitas vezes embasado em conhecimentos de diversas áreas, embora com superficialidade de conteúdo, passa credibilidade, convencendo os desavisados da veracidade de histórias improváveis. (HARE, 2013, p. 50)

Outro sinal característico do comportamento psicopata é a falta de constrangimento. Ainda que sejam flagrados mentindo, não demonstram vergonha e trocam de assunto com tranquilidade, o que os torna ainda mais convincentes. (SILVA, 2014, p. 70)

2.2.1.2 Egocentrismo e megalomania

Os psicopatas possuem uma visão narcisista, supervalorizada de seu próprio valor e importância. Eles se enxergam como seres superiores, o centro do universo, razão pela qual acreditam ter direito a tudo. Embora saibam que violam direitos de terceiros ao praticar uma conduta ilícita, não reconhecem as leis e costumes da sociedade que estão inseridos e vivem de acordo com suas próprias regras. (HARE, 2013, p. 53)

Ainda, são extremamente hábeis em se eximir de qualquer responsabilidade. Ao se depararem com uma situação problemática, justificam com a falta de sorte ou incompetência de outras pessoas. (SILVA, 2014, p. 71)

Importa ressaltar que não é incomum que alguns se refiram à psicopatia como “narcisismo exacerbado”, ressaltando os diversos pontos em comum entre os dois quadros. No entanto, apesar das semelhanças, os portadores de Transtorno da Personalidade Narcisista não violam as regras da mesma maneira que os psicopatas; eles se consideram acima da lei, mas não são tão totalmente antissociais. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 25)

2.2.1.3 Ausência de sentimento de culpa

Por consequência da capacidade de se isentar de qualquer responsabilidade, os psicopatas racionalizam o próprio comportamento e demonstram imensa falta de preocupação com a perda e dor resultantes de suas ações sobre terceiros. Assim, os psicopatas declaram, com tranquilidade, que embora seus atos sejam vistos com desgosto e reprovabilidade por aqueles que seguem as regras sociais, não vislumbram motivo para se preocuparem. (HARE, 2013, p. 56)

Ainda, os psicopatas aprendem, desde cedo, a importância da palavra “remorso” e, apesar de serem incapazes de senti-lo, desenvolvem discursos capazes de verbalizá-lo, atingindo os sentimentos das pessoas e convencendo-as de que são merecedores de vantagens e benefícios. (SILVA, 2014, p. 74)

2.2.1.4 Ausência de empatia

Empatia pode ser definida como a capacidade de se projetar na personalidade do outro e, experimentando a vivência alheia, compreendê-lo emocionalmente.

Algumas das características já apresentadas, tais como o egocentrismo e a ausência de sentimento de culpa, bem como a manipulação e pobreza de emoções, que serão tratadas adiante, estão estreitamente relacionadas a essa incapacidade de se colocar no lugar do outro.

Os psicopatas enxergam as outras pessoas, ainda que seus próprios familiares, como meros objetos, os quais são utilizados para a satisfação pessoal. Eles demonstram indiferença aos sentimentos alheios e, embora possam possuir laços estreitos com alguns membros da família, certamente a relação não se baseia no amor genuíno, mas em possessividade. (HARE, 2013, p. 59)

Sobre o tema:

Não se esqueça: os psicopatas são incapazes de amar; eles não possuem a consciência genuína que caracteriza a espécie humana. Gostam de possuir coisas e pessoas; logo, é com esse sentimento de posse que se relacionam com o mundo e com as pessoas. Em razão dessa incapacidade em considerar os sentimentos alheios, os psicopatas mais graves são capazes de cometer atos que, aos olhos de qualquer ser humano comum, não só seriam considerados horripilantes, mas também inimagináveis. Esses psicopatas graves são capazes de torturar e mutilar suas vítimas

com a mesma sensação de quem fatia um suculento filé-mignon. Felizmente, eles são a minoria entre todos os psicopatas. Nos chamados leves e moderados, a indiferença em relação aos outros também está presente, porém ela emerge de forma menos intensa, mas ainda devastadora para a vida das vítimas e da sociedade como um todo. (SILVA, 2014, p. 76)

2.2.1.5 Mentiras, trapações e manipulação

Primeiramente, destaca-se que as pessoas mentem, seja de forma consciente ou inconsciente, verbalmente ou com o uso do corpo, tal como um sorriso falso. A mentira permeia todos os setores da vida e costuma ser usada como forma de boas maneiras, para não magoar outra pessoa ou até mesmo para obter vantagens. Para o indivíduo comum, a mentira é utilizada de forma ocasional e sem maiores consequências, sendo perfeitamente justificável até mesmo sob o ponto de vista moral. (SILVA, 2014, p. 77)

A mentira da mente psicopata, no entanto, corriqueira, fria e calculista, distingue-se da mentira das pessoas normais.

Com uma imaginação fértil e dirigida para eles próprios, os psicopatas são muito hábeis em mentir, trapacear e manipular os outros. Utilizam-se, muitas vezes, da associação da linguagem verbal a corporal, apelando para um teatro no qual seus gestos e expressões buscam certificar a fala. Alguns, ainda, fazem uso de pequenas verdades para ganhar credibilidade, sendo necessário grande afastamento emocional, observação e, algumas vezes, conhecimento do seu passado, para não se deixar enganar com facilidade. (SILVA, 2014, p. 78)

2.2.1.6 Pobreza de emoções

Aparentemente, os psicopatas sofrem de uma espécie de pobreza emocional que limita a extensão e profundidade de seus sentimentos.

Embora frios e sem emoções, por vezes apresentam episódios breves e dramáticos de sentimentos, os quais, segundo acreditam os estudiosos, não passam de uma rasa simulação. Outras vezes, tentam convencer as pessoas de que são capazes de vivenciar fortes emoções,

todavia, não conseguem descrever ou diferenciar as nuances dos vários estados emocionais, igualando, por exemplo, o amor à excitação sexual. (HARE, 2013, p. 66)

Os especialistas afirmam, ainda, que as emoções dos psicopatas são tão rasas que não passam de protoemoções, ou emoções primárias, isto é, respostas primitivas a necessidades imediatas. (SILVA, 2014, p. 80)

Alguns experimentos têm demonstrado, inclusive, que os psicopatas não apresentam respostas psicológicas associadas ao medo, que se trata de uma emoção inata, primária e necessária para a sobrevivência.

Um exemplo é o teste realizado com indivíduos do sistema carcerário identificados como psicopatas. *In casu*, eles foram submetidos à visualização de cenas de conteúdo chocante que mostrava corpos decapitados, torturas com eletrochoques, crianças esquálidas com moscas nos olhos e gritos de desespero. Enquanto pessoas comuns, só de imaginar as situações, exibiriam reações físicas de medo, os indivíduos sequer apresentaram alterações nos batimentos cardíacos. (SILVA, 2014, p. 80)

A pesquisa indica que, em razão da ausência de reações de medo, as quais seriam responsáveis por impedir certas atitudes e despertar uma espécie de “consciência emocional”, embora os psicopatas entendam as consequências de seus atos, simplesmente não se importam com elas e agem como bem entenderem. (HARE, 2013, p. 68)

Nesse sentido, um estudo desenvolvido no Brasil chegou a semelhante conclusão:

Dois brasileiros, o neuropsiquiatra Ricardo de Oliveira-Souza e o neurorradiologista Jorge Moll, desenvolveram um teste denominado Bateria de Emoções Morais (BEM), que utiliza tecnologia de ressonância magnética funcional (RMf). Esse teste tem por objetivo verificar como o cérebro dos indivíduos se comporta quando eles fazem julgamentos morais que envolvem emoções sociais positivas, como arrependimento, culpa e compaixão. De forma diversa das emoções primárias – como o medo ou a raiva que compartilhamos com os animais –, as emoções sociais positivas são mais sofisticadas e exclusivas da espécie humana: são elas que orquestram relações interpessoais harmônicas. Os resultados desse estudo demonstraram que, diferentemente das pessoas comuns, os psicopatas apresentam atividade cerebral reduzida nas estruturas relacionadas às emoções em geral. Em contrapartida, revelaram aumento de atividade nas regiões responsáveis pela cognição (capacidade de racionalizar). Assim, pôde-se concluir que os psicopatas são muito mais racionais que emocionais. (SILVA, 2014, p. 81)

2.2.2. Aspectos referentes ao estilo de vida e ao comportamento antissocial

2.2.2.1 Impulsividade

A impulsividade apresentada pelos psicopatas diz respeito à necessidade de alcançar a satisfação ou alívio de forma súbita, sem pensar nos prós e contras de determinada ação ou considerar as possíveis consequências. Nesse sentido, não se trata de uma manifestação de estado de espírito, mas de impulsos que, assim como um bebê com alguma necessidade, exigem a imediata saciedade a todo custo. (SILVA, 2014, p. 84)

Dr. Hare, em sua obra, contextualiza e exemplifica:

Um de nossos sujeitos, com alta pontuação na *Psychopathy Checklist*, disse que estava indo para uma festa quando resolveu comprar uma caixa de cerveja e então percebeu que deixara a carteira em casa, uns 6 ou 7 quarteirões de distância. Como não queria voltar lá, pegou um pedaço de madeira pesado e assaltou um posto de gasolina ali perto, ferindo gravemente o frentista. (HARE, 2013, p. 72)

2.2.2.2 Autocontrole deficiente

Além de ser impulsivo, o psicopata é altamente reativo e, diferentemente da maioria das pessoas, que possuem um controle arbitrário inibitório sobre os próprios comportamentos, apresentam níveis de autocontrole extremamente reduzidos. (HARE, 2013, p. 73)

Embora apresentem impulsos de fúria, resultando em intensa e instantânea agressividade, os psicopatas não perdem a consciência ou o controle de seus atos, ao contrário, sabem o que estão fazendo e rapidamente se recompõem. Suas manifestações agressivas, portanto, são frias, com ausência da excitação emocional normal às pessoas quando perdem a cabeça. (SILVA, 2014, p. 86)

2.2.2.3 Necessidade de excitação

Os psicopatas tendem a ser intolerantes ao tédio e à rotina, buscando, constantemente, altos níveis de excitação. (HARE, 2013, p. 74)

Em função disso, é raro encontrar um psicopata que exerça atividade que demande estabilidade e alta concentração por longos períodos, até mesmo porque, em busca de novas

experiências, frequentemente mudam de emprego, residência e cidade. Ademais, é comum que por mera busca de satisfação imediata, acabem se envolvendo em situações perigosas ou ilegais. (SILVA, 2014, p. 87)

2.2.2.4 Falta de responsabilidade

Para os psicopatas, as obrigações e compromissos não significam muito. Tal irresponsabilidade, bem como o fato de não serem pessoas confiáveis, estendem-se a todas as esferas de sua vida: no trabalho, apresentam desempenho errático, seja com faltas frequentes ou violação das políticas da empresa; nas relações interpessoais, comportam-se com indiferença e irresponsabilidade. (HARE, 2013, p. 76)

2.2.2.5 Problemas comportamentais precoces

A maioria dos psicopatas começa a demonstrar graves problemas de comportamento desde cedo. Já na infância, costumam brigar com colegas ou irmãos, mentir com frequência e maltratar animais. Com o passar dos anos, tendem a desenvolver uma sexualidade precoce, envolver-se com drogas e praticar outros ilícitos, tais como fraudes, roubos, incêndios criminosos, dentre outros. (HARE, 2013, p. 79)

Destaca-se, nesse sentido, que a psicopatia não se desenvolve da noite para o dia, mas nasce com o indivíduo e permanece durante toda a sua existência. Assim, a psicopatia se traduz em uma maneira de ser, existir e perceber o mundo, intrínseca ao sujeito psicopata. (SILVA, 2014, p. 91)

2.2.2.6 Comportamento transgressor no adulto

As leis estabelecidas pela sociedade não despertam, nos psicopatas, a mesma inibição que na maioria das pessoas comuns, sendo o comportamento transgressor uma constante desde o início da vida. Os psicopatas, na vida adulta, não apenas infringem as normas sociais,

mas passam a enxergá-las como inconvenientes obstáculos que devem ser superados para a plena expressão comportamental de suas inclinações e desejos. (SILVA, 2014, p. 92)

Estudos apontam, ainda, que eles estabelecem leis próprias, tanto na infância, quanto na vida adulta. Assim, o surgimento precoce de atos antissociais na infância é um grande fator indicativo de problemas comportamentais e criminosos na vida adulta. (HARE, 2013, p. 81)

2.2.3. O quadro completo

Importante destacar que os psicopatas não são os únicos indivíduos a apresentar, em sua personalidade e em seu estilo de vida, os desvios destacados pela Escala Hare. Muitas pessoas, principalmente dentre a parcela que cumpre pena pela prática de alguma infração penal, têm várias das características descritas neste capítulo e ainda assim não podem ser consideradas psicopatas.

A American Psychiatric Association - Associação Americana de Psiquiatria - calcula que aproximadamente 3% dos homens e 1% das mulheres na população em geral são psicopatas. Ainda, considerando a escala PCL-R, as mulheres geralmente obtêm pontuação mais elevada nos itens sobre personalidade do que nos itens sobre estilo de vida, sendo possível que muitas delas sequer tenham sido diagnosticadas, passando despercebidas. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 30)

Para realizar o diagnóstico da psicopatia, portanto, não basta a correspondência com algumas das características, mas sim a presença de sólidos indícios de que o indivíduo corresponde ao perfil por inteiro, isto é, que possui a maior parte dos sintomas descritos.

2.3. O PSICOPATA

Psicopatas são, em geral, conforme já exposto, indivíduos com tendências antissociais, incapazes de estabelecer vínculos afetivos e de se colocarem no lugar do outro, desprovidos de culpa ou remorso e, muitas vezes, agressivos e violentos. Via de regra, são pessoas autoconfiantes, interessantes e excelentes simuladoras de emoções. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 22)

De acordo com o psicólogo canadense Robert Hare, uma das maiores autoridades no assunto, a parte cognitiva do cérebro psicopata é perfeita, isto é, eles têm total ciência de que estão infringindo regras sociais e o motivo para agir dessa forma. O problema dos psicopatas está, pois, na pouca aptidão para experimentar respostas emocionais, que são a mola propulsora da consciência. (SILVA, 2014, p. 42)

Os psicopatas são incapazes de experimentar emoções profundas, seus sentimentos, geralmente, não passam de reações primitivas correspondentes aos seus desejos momentâneos. Por consequência, eles também não têm capacidade de compreender os sentimentos alheios e são indiferentes ao bem-estar das outras pessoas, que são consideradas meros objetos a serem manipulados a seu bel-prazer. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 22)

Assim, embora em variado nível de gravidade e com formas diferentes de manifestar os atos transgressores, é evidente que os psicopatas sofrem de uma disfuncionalidade na resposta às emoções alheias.

Em consonância:

No caso da psicopatia, o que temos é uma tendência já consolidada para ser, genericamente, menos responsivo aos outros e, de um modo mais específico, aos diferentes sinais de que os outros estão sendo emocionalmente atingidos. A psicopatia não é apenas uma forma atípica de enxergar os fatos a nossa volta, atribuindo a eles um colorido emocional diferenciado. Afinal, nesse aspecto, talvez estejamos falando da possibilidade de produzir “arranjos emocionais” a partir dos quais não existam, em termos de personalidade, dois iguais. Eventos semelhantes afetam pessoas diferentes das mais diversas formas. No entanto, em se tratando de psicopatia, o que se observa é um padrão persistente e deficitário relacionado à atribuição do colorido emocional que perfaz a vida em sociedade. Um padrão suficientemente característico e socialmente problemático para ser classificado como um transtorno. Mas, para descrever um fenômeno como um transtorno de personalidade não é mesmo que negar as diferenças, como alegam alguns pensadores. Para tanto, acabam destacando o fato de que o homem normal não existe. Talvez, não exista. Somos essencialmente diferentes, porém, no caso da psicopatia, devemos entender que certas diferenças estão circunscritas a um modo bastante disfuncional de colocar-se em sociedade. (VASCONCELLOS, 2014, p. 69)

Em razão desse perfil psicológico que define a natureza do psicopata, muitos desses indivíduos acabam se dedicando a uma vida de crimes. Calcula-se, inclusive, que a probabilidade de encontrar psicopatas em presídios seja, pelo menos, quinze vezes mais elevada se em comparação com a probabilidade na população em geral. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 26)

Ademais, destaca-se que eles têm mais probabilidade de cometer crimes violentos caracterizados por agressão e truculência do que os demais criminosos, já que, enquanto os infratores comuns costumam agir com excessiva violência apenas nos chamados crimes passionais, os atos violentos dos psicopatas costumam ser praticados a sangue-frio, de forma planejada e predatória, motivada por vantagem social ou econômica. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 27)

2.3.1. O porquê

Não há dúvida de que os psicopatas apresentam uma falha na integração das emoções com a razão e o comportamento. Esse *déficit*, no entanto, pode se apresentar em variados graus. Há o psicopata que estuda com interesse e trabalha durante anos com sucesso; há outros que, desde a infância, cometem delitos; bem como aqueles que levam uma vida paralela, camuflando crimes bárbaros com uma rotina aparentemente comum.

Em uma primeira tentativa de explicar a origem da psicopatia e o motivo de ela se desenvolver em diferentes graus, evoca-se o histórico familiar do indivíduo psicopata.

Evidente que o passado de alguns psicopatas é marcado por uma infância dura, caracterizada por abandono, abusos e indiferença. Contudo, pode-se dizer que para cada psicopata adulto originário de uma infância problemática, há outro cuja família cumpriu seu papel e cujos irmãos são pessoas dotadas de empatia. (HARE, 2013, p. 23)

Dessarte, embora os fatores externos possam, de fato, influenciar nas manifestações das condutas psicopáticas, o ambiente não é determinante para a incidência da psicopatia, não podendo ser analisados isoladamente.

Alguns acreditam, em contrapartida, que a psicopatia tem origem em um distúrbio neurológico específico.

A partir de testes com técnicas de neuroimagem, constatou-se que, embora os psicopatas não possuam qualquer lesão cerebral, seus cérebros sofrem com significativos circuitos defeituosos no sistema paralímbico - grupo de regiões cerebrais envolvidas no autocontrole e no processamento emocional. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 31)

Nesse sentido, Barbosa Silva explica:

A engrenagem psicopática funcionaria dessa maneira: a predisposição genética ou a vulnerabilidade biológica se concretiza em uma criança que apresente o déficit emocional. Uma criança assim possui um sistema mental deficiente na percepção das emoções e dos sentimentos, na regulação da impulsividade e na experimentação do medo e da ansiedade. Nos casos em que os pais (família) realizam de forma muito competente suas tarefas educacionais, essas características biológicas podem ser compensadas ou canalizadas para atividades socialmente aceitas. No entanto, quando o ambiente não é capaz de fazer frente a tal bagagem genética – por falhas educacionais por parte dos pais, por uma socialização deficiente ou ainda pelo fato de essa bagagem genética ser muito marcada -, o resultado será um indivíduo psicopata sem nenhum limite. (SILVA, 2014, p. 183)

Assim, conclui-se que a psicopatia apresenta dois elementos causais fundamentais: a disfunção neurobiológica e o conjunto de influências sociais e educativas recebidas ao longo da vida.

2.4. CURA

Ao que se sabe, embora existam diferentes tipos de comportamentos psicopata e apenas os casos mais graves impossibilitem, de fato, a adaptação e convivência em sociedade, a maioria dos estudos indica que o transtorno, de modo geral, não tem cura. (SILVA, 2014, p. 191)

Os profissionais da área da saúde mental afirmam que os programas genéricos para tratamento de criminosos não funcionam no tratamento de psicopatas. Longe disso, as terapias tradicionais tendem a causar o efeito oposto, já que, uma vez que os psicopatas aprendem a dizer o que os outros querem ouvir, são ensinados a manipular outras pessoas. (DAYNES; FELLOWES, 2012, p. 30)

2.4.1. Tratamento

Salvo exceções, os métodos tradicionais de psicoterapia, bem como a psicanálise e a terapia em grupo, têm se mostrado ineficazes no tratamento da psicopatia. E as terapias biológicas, incluindo o uso de medicamentos, a eletroconvulsoterapia e a psicocirurgia, não se saíram melhores. (HARE, 1970, p. 110)

Isto ocorre, possivelmente, pois para garantir a eficácia da psicoterapia, é necessário que o paciente reconheça que precisa de ajuda para lidar com seus problemas, bem como aceite receber a assistência do profissional. O trabalho deve ser realizado ativamente por ambas partes: o paciente e o profissional. (HARE, 2013, p. 200)

O psicopata, no entanto, diferentemente dos indivíduos normais, não costuma procurar ajuda por conta própria e sequer acredita que possui algum problema psicológico, além de não ter a intenção de corresponder aos padrões impostos pela sociedade.

Contrariamente, o indivíduo psicopata não vê motivo para mudar o próprio comportamento, sendo normalmente empurrado para a terapia pela família ou pelo sistema de justiça. Ademais, ainda quando punido por suas transgressões, embora reconheça ter praticado uma conduta proibida, não se sente culpado, mas culpa o sistema, terceiros, ou o destino pela situação problemática. (HARE, 2013, p. 201)

Nas palavras de Hare:

De modo mais elaborado, podemos dizer que os psicopatas geralmente são pessoas satisfeitas consigo mesmas e com seu cenário interior, por mais que pareçam frios ao observador de fora. Eles não veem nada de errado em seu modo de ser, experimentam pouca aflição pessoal e acham o próprio comportamento racional, gratificante e satisfatório; nunca olham para trás com arrependimento nem para a frente com preocupação. Eles se percebem como seres superiores em um mundo-cão hostil, no qual os outros são concorrentes na luta por poder e recursos. Pensam que é legítimo manipular e enganar os demais a fim de garantir os próprios “direitos”, e suas interações sociais são planejadas a fim de superar a malevolência que veem nos outros. Diante dessas atitudes, não causa surpresa que o propósito da maioria das abordagens terapêuticas nunca seja alcançado nos casos que envolvem psicopatas. (HARE, 2013, p. 201)

Assim, os psicopatas são indivíduos dotados de uma personalidade forte e sólida, extremamente resistentes às influências externas e não interessados ou dispostos a mudar suas atitudes e padrões comportamentais, razão pela qual, mesmo nas melhores circunstâncias, é tão difícil fazê-los ceder.

Em terapia, devido à incapacidade de desenvolver intimidade emocional e desvalorização das relações interpessoais, os psicopatas são incapazes de realizar as buscas profundas estimuladas pela psicoterapia.

Por isso, psicólogos relatam que, embora muitas vezes possa parecer que a psicoterapia esteja surtindo efeito, os psicopatas dominam o procedimento e entram em uma

espécie de jogo mental com o profissional e outros pacientes, não fazendo nada além de agir da forma que percebem ser a esperada, simulando uma melhora. Com isso, tais programas costumam ser utilizados pelos psicopatas como forma de obter vantagens dentro das instituições ressocializante. (HARE, 2013, p. 201)

Ademais, conforme relatado por Dr. Hare, em seu livro intitulado “Sem Consciência, “esses programas são como o último ano da escola”, ensinam os psicopatas a arte de enganar e pressionar as pessoas. (HARE, 2013, p. 204)

3. A RESPONSABILIDADE PENAL DOS PSICOPATAS

Para adentrar no tema principal do presente trabalho, faz-se necessário recordar alguns dos conceitos-chave anteriormente demonstrados.

É função precípua do Direito Penal a proteção dos bens mais importantes e necessários para a manutenção e convivência da sociedade, porém como *ultima ratio*, isto é, como última opção perante o fracasso dos outros meios de controle social. Para isso, cabe à legislação penal estabelecer normas para definir as condutas consideradas criminosas, bem como as respectivas penas ou medidas de segurança aplicáveis aos indivíduos que agirem em desconformidade com as determinações legais.

O conceito analítico de crime, o qual foi adotado neste trabalho, é compreendido pela tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Assim, para que se configure um crime, é necessário que o indivíduo pratique uma conduta típica, antijurídica e culpável.

Basicamente, a conduta é típica por existir um dispositivo legal proibindo a mesma. Antijurídica, justamente por essa conduta ser contrária ao ordenamento jurídico, tornando-a ilícita. Por fim, culpabilidade é o elemento subjetivo, composto pela consciência efetiva sobre a ilicitude, a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa.

A imputabilidade, tópico que será o foco do presente capítulo, consiste na aptidão de o agente ser responsabilizado penalmente pelo fato típico e antijurídico praticado e, conseqüentemente, sofrer as sanções correspondentes.

Embora o Código Penal Brasileiro tenha optado por não definir a imputabilidade, em seu artigo 26 apresentou a hipótese que a exclui: quando o agente, acometido por perturbação de saúde mental ou com desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não é inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de se determinar de acordo com tal entendimento.

Ante o exposto, chega-se ao questionamento essencial: os indivíduos psicopatas podem e devem ser penalmente responsabilizados? Eles são considerados imputáveis, semi-imputáveis ou inimputáveis?

3.1. A PSICOPATIA

Via de regra, a psicopatia é relacionada a crimes que chocam pela extrema violência, tais como os praticados por *serial killers* e estupradores. Entretanto, a ideia de que os psicopatas sempre se utilizam de violência para seus atos é equivocada e não constitui o padrão. O conceito de psicopatia abrange, também, pessoas aparentemente “normais”.

Conforme exposto no capítulo anterior, estima-se que aproximadamente 3% dos homens e 1% das mulheres da população mundial sofrem com o transtorno de personalidade chamado psicopatia, estimativa semelhante à incidência de doenças como vitiligo¹⁷. Assim, considerando que atualmente, no Brasil, vivem cerca de 208 milhões de pessoas, pelo menos 2 milhões seriam psicopatas.

Não se pode deixar ignorar os chamados “psicopatas subcriminais”, os quais passam despercebidos no dia a dia e levam uma vida normal. Geralmente, na família, manifestam a doença através de traições, ausências prolongadas, dilapidação de bens e assédio, seja ou não contra membros da própria família. Já no trabalho, é comum que o comportamento revele faltas injustificadas, falsas alegações de doença, destruição do patrimônio e envolvimento em conflitos.

Portanto, ainda que a expressão mais óbvia da psicopatia compreenda o flagrante envolvimento com condutas criminosas, nem todo psicopata é criminoso.

Embora “psicopatia”, na tradução literal, signifique “doença mental”, os padrões psiquiátricos e jurídicos aceitáveis estabelecem que os psicopatas não são loucos. Seus atos não resultam de uma mente transtornada, mas de uma racionalidade fria e calculista, combinada com a deprimente incapacidade de tratar os outros como seres humanos. (HARE, 2012, p. 23)

Os psicopatas não são pessoas que perderam o contato com a realidade e sofrem com episódios de alucinações, como no caso das esquizofrenias, ou de delírios, como costuma acontecer nas perturbações paranoides. Eles são pessoas racionais, conscientes do que e por que estão fazendo, sendo a conduta resultado de uma escolha.

¹⁷ Vitiligo é uma doença autoimune, não contagiosa, caracterizada pela perda de pigmentação na pele.

3.2. IMPUTABILIDADE

A imputabilidade, um dos elementos da culpabilidade, consiste na possibilidade de se responsabilizar penalmente uma pessoa física pela prática de fato típico e ilícito. O Código Penal Brasileiro, adotando o sistema biopsicológico, o qual exige a presença de uma alteração mental combinada à incapacidade de entendimento, em seu artigo 26, determinou os não imputáveis da seguinte forma:

Inimputáveis

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Redução de pena

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (BRASIL, 1984)

Dessa forma, a exclusão da imputabilidade implica que a pessoa, acometida por algum distúrbio mental, não tenha capacidade de compreender a ação praticada com algo ilícito e contrário à ordem jurídica ou não possa agir de acordo com esse entendimento. (FIORELLI; MANGINI, 2016, p. 117)

A psicopatia, no entanto, além de não ser propriamente uma doença, mas sim uma anomalia do desenvolvimento psíquico ou uma perturbação da saúde mental, não afeta a parte cognitiva do cérebro psicopata, isto é, os psicopatas possuem total ciência de que estão infringindo regras sociais. (SILVA, 2014, p. 42)

Isto posto, uma vez que o psicopata possui plena capacidade de entendimento, é afastada, de plano, a inimputabilidade.

Não obstante a impossibilidade de considerar o psicopata inimputável nos termos que prevê o artigo 26 do Código Penal, é duvidosa a aplicação do parágrafo único do referido artigo, de modo que o indivíduo pode ser considerado imputável ou semi-imputável, a depender do caso concreto.

Destaca-se que, tanto do ponto de vista científico, quanto do ponto de vista psicológico, em virtude da intacta autonomia de pensamento e de sensopercepção dos

psicopatas, a tendência é considerá-los plenamente capazes, isto é, imputáveis e, por consequência, sujeitos à pena criminal.

No entanto, ainda que o sujeito psicopata possua a capacidade cognitiva preservada e seja inteiramente capaz de entender o caráter ilícito de sua conduta, para análise da responsabilidade penal, faz-se necessário examinar, ainda, a capacidade de se autodeterminar de acordo com este entendimento, isto é, a capacidade volitiva. Essa, diversamente, encontra-se comprometida nos indivíduos diagnosticados com psicopatia.

Nesse sentido ainda que a psiquiatria forense clássica não considere a psicopatia uma doença mental, tendo em vista que o sujeito não apresenta nenhum tipo de desorientação ou desequilíbrio mental, incontestável que o transtorno de personalidade implica acentuada insensibilidade afetiva e, quando em grau elevado, pode levar ao comportamento criminoso.

Conforme leciona o psicólogo canadense Robert Hare, embora a parte cognitiva do cérebro psicopata seja perfeita, indicando que eles possuem total ciência de que estão infringindo regras sociais, a perturbação mental ocasionada pela psicopatia acarreta pouca aptidão para experimentar respostas emocionais. (SILVA, 2014, p. 42)

A perturbação mental, portanto ainda que não afete a capacidade de entender o caráter ilícito da conduta, é responsável pela dificuldade de realizar a adequada valoração e censura dos fatos e de se posicionar de acordo com essa capacidade. Ora, a psicopatia é responsável por condicionar o indivíduo a viver sem ter a capacidade de experimentar ou perceber emoções.

Assim, embora não se ignore que a psicopatia possa se manifestar em distintos níveis, devendo o indivíduo ser analisado de forma individual, de modo geral o psicopata apresenta uma menor capacidade de autodeterminação e, conseqüentemente, dificuldade de controlar seus estímulos à prática criminosa.

Ante o exposto, postular para o infrator psicopata uma condição de semi-imputabilidade parece ser a opção mais razoável, já que tem sua capacidade de autodeterminação prejudicada pela perturbação de saúde mental.

Na tentativa de embasar o argumento, foram realizadas pesquisas nas jurisprudências de tribunais do País, bem como no Superior Tribunal de Justiça - STJ - e no Supremo

Tribunal Federal – STF -, a fim de identificar casos concretos em que as Cortes se depararam com a temática.

Para a referida pesquisa, utilizou-se como palavras-chave: “psicopata”, “psicopatia” e “transtorno de personalidade antissocial”.

No âmbito dos Tribunais Superiores - Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal –, contudo, não foram localizados julgados que tratassem especificamente a responsabilidade penal do psicopata.

Quanto às buscas realizadas nos Tribunais de Justiça, no site do TJSC – Tribunal de Justiça de Santa Catarina -, encontra-se apenas um caso envolvendo o transtorno de personalidade e, embora o julgado sequer tenha adentrado à temática em análise, observa-se que o réu cumpria pena no regime fechado e teve indeferida sua progressão para o regime semiaberto em razão de sua personalidade psicopática.

Observa-se:

RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL. IRRESIGNAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME DO FECHADO PARA O SEMIABERTO.

REQUISITO OBJETO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE PELO JUÍZO A QUO. EXAME POR ESTE JUÍZO AD QUEM QUE IMPORTARIA EM SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO.

Não sendo apreciado o requisito objetivo na decisão agravada, não cabe, nesse momento, o conhecimento e análise do pedido neste Tribunal de Justiça, sob pena de incidir em supressão de instância.

REQUISITO SUBJETIVO. NÃO PREENCHIMENTO. PARECER DA COMISSÃO TÉCNICA, RELATÓRIO SOCIAL E LAUDO PSIQUIÁTRICO DESFAVORÁVEIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 112 DA LEI N. 7.201/84. DECISÃO MANTIDA.

Não preenche o pressuposto subjetivo o apenado que não apresenta uma perspectiva de melhorar sua vida, assim como possui características de psicopatia e pedofilia, evidenciando um alto risco de reincidência criminal.

RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO. (TJSC, Quarta Câmara Criminal, Recurso de Agravo n. 2013.031180-0, de Joinville, Relator: Des. Roberto Lucas Pacheco, j. em 01/08/2013 – grifo não original)

Assim, ante a ausência de jurisprudência catarinense relacionada ao tema, a pesquisa se concentrou no TJRS – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul -, um dos poucos tribunais regionais do território nacional a se manifestar sobre a questão.

Observa-se:

APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO. LATROCÍNIO TENTADO. **IMPUTABILIDADE DIMINUÍDA. TRANSTORNO ANTI-SOCIAL DE PERSONALIDADE.** REDUÇÃO OBRIGATÓRIA DA PENA. NÃO INCIDÊNCIA DA PROIBIÇÃO DE INSUFICIÊNCIA. [...]

2. TRANSTORNO ANTI-SOCIAL DE PERSONALIDADE. IMPUTABILIDADE DIMINUÍDA. REDUÇÃO OBRIGATÓRIA DA PENA.

2.1. As modernas classificações internacionais consideram as psicopatias como transtornos da personalidade e as definem como alterações da forma de viver, de ser e relacionar-se com o ambiente, que apresentam desvios extremamente significativos do modo em que o indivíduo normal de uma cultura determinada percebe, pensa, sente e particularmente se relaciona com os demais. O transtorno antisocial de personalidade coincide com o que tradicionalmente se denomina psicopatia. As personalidades psicopáticas se enquadram no rol das perturbações da saúde mental, anomalia psíquica que se manifesta em procedimento violento, regulando-se conforme o disposto no parágrafo único do art. 22, do Código Penal.

2.2. Comprovado pelo laudo psiquiátrico que o réu ao tempo do crime padecia de transtorno anti-social de personalidade, a redução de pena é obrigatória, o que é facultativo é o *quantum* maior ou menor (1/3 a 2/3) dessa diminuição de pena.

2.3. A consequência legal da capacidade relativa de culpabilidade por perturbação da saúde mental ou por outros estados patológicos, é a redução obrigatória da pena, pois se a pena não pode ultrapassar a medida da culpabilidade, então a redução da capacidade de culpabilidade determina, necessariamente, a redução da pena. Argumentos contrários à redução da pena no sentido do cumprimento integral da pena são circulares, inconvincentes e desumanos porque o mesmo fator determinaria, simultaneamente, a redução da culpabilidade (psicopatias ou debilidades mentais explicariam a culpabilidade) e a agravação da culpabilidade (a crueldade do psicopata ou débil mental como fator de agravação da pena). Não incidência da *untermassverbot* na medida em que o legislador não atuou de maneira deficiente, mas sim ponderada.

(TJRS, Terceira Câmara Criminal, Recurso de Apelação Criminal n. 70037449089, de Carazinho, Relator Des. Odone Sanguiné, j. em 17/03/2011 – grifos não originais)

No caso, A. V. O., teria praticado os crimes de homicídio duplamente qualificado, aborto e de latrocínio tentado.

Em parecer técnico elaborado por médico psiquiatra, constatou-se a presença de aspectos como: indiferença e insensibilidade ante os sentimentos alheios, desprezo por normas e regras estabelecidas, ausência de sentimento de culpa, dificuldade de aprender com a experiência ou com a punição que lhe é aplicada, dentre outros, concluindo pelo diagnóstico da psicopatia¹⁸.

Assim, o profissional recomendou o reconhecimento da semi-imputabilidade do denunciado, bem como indicou que a pena fosse cumprida em estabelecimento prisional

¹⁸ Importa ressaltar que embora a presente pesquisa não reconheça sinônimos para psicopatia, o parecer utilizou o termo “transtorno de personalidade antissocial”.

comum. Segundo entendeu o médico psiquiatra, seria contraindicado aplicar medida de segurança, já que além de os tratamentos oferecidos em uma unidade de tratamento não oferecerem benefícios aos acometidos pela psicopatia, há riscos de que eles prejudiquem o tratamento dos demais pacientes.

Com isso, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de origem determinou a semi-imputabilidade do réu A. V. O. e o Juízo de primeiro grau o condenou à pena privativa de liberdade de cinquenta e três anos de reclusão¹⁹, a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado.

No mesmo sentido se manifestou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em outro julgado:

Atentado violento ao pudor. Decisão majoritária que concluiu pela suficiência da prova para condenar o acusado apenas por um dos fatos descritos na inicial acusatória, veiculado na comunicação de ocorrência levada a efeito pela mãe da ofendida, e não assim, no que concerne ao cometimento de outras infrações, em oportunidades diversas. Continuidade delitiva afastada. **Psicopatia moderada, apontada por laudo de avaliação psicológica, que caracteriza perturbação com óbvia repercussão sobre a faculdade psíquica da volição, ensejando o enquadramento do acusado na situação do art. 26, parágrafo único, do CP. Semi-imputabilidade reconhecida.** Apelo parcialmente provido, por maioria. Voto minoritário, mais gravoso, proferido pelo Revisor.
(TJRS, Sexta Câmara Criminal, Recurso de Apelação Criminal n. 70016542557, de Cruz Alta, Relator Des. Paulo Moacir Aguiar Vieira, j. em 30/11/2006 – grifo não original)

In casu, E. A. Z. foi condenado à pena privativa de liberdade de vinte anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime inicial fechado, pela prática do crime de atentado violento ao pudor.

Inconformado com a condenação, E. A. Z. interpôs recurso de apelação requerendo sua absolvição ou a redução da pena, com base no disposto no parágrafo único do artigo 26 do Código Penal.

¹⁹ Trata-se o recurso da discussão acerca da aplicabilidade do parágrafo único do artigo 26 do Código Penal, referente à diminuição de pena. Embora a questão ultrapasse a temática da pesquisa, convém fazer um breve resumo: O Juízo de primeiro grau entendeu que os psicopatas não possuem direito ao benefício, declarando a inconstitucionalidade do dispositivo legal. O réu, inconformado, requereu a aplicação da causa de redução de pena. O Tribunal de Justiça, reconhecendo a constitucionalidade da minorante, redimensionou a pena privativa de liberdade, fixando-a em vinte e três anos e oito meses de reclusão.

No julgamento, os desembargadores, por maioria, decidiram reconhecer a semi-imputabilidade do réu e, com fundamento no artigo 26, parágrafo único, do Código Penal, reduzir a pena para cinco anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto.

Diante de tais considerações, muito embora a escassa produção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema, é possível concluir que, em virtude de o psicopata possuir a capacidade cognitiva preservada e a capacidade volitiva prejudicada, via de regra é considerado semi-imputável e encaminhado para um estabelecimento prisional comum.

Destaca-se, por fim, que a discussão se a utilização dessa categoria no âmbito jurídico, considerando as suas implicações para a penalização do psicopata, é socialmente vantajosa, é outra questão. (VASCONCELLOS, 2014, p. 94)

3.3. CASOS EMBLEMÁTICOS

3.3.1.

Francisco de Assis Pereira, conhecido como o Maníaco do Parque, é um assassino em série brasileiro que, por volta de 1998, estuprava e matava mulheres. Estima-se que ele tenha atacado um total de quinze mulheres, conseguindo matar pelo menos seis dessas.

O Maníaco do Parque escolhia suas vítimas, todas jovens de até 24 anos, e as abordava se identificando como um caça-talento de uma importante revista. Após conversar, oferecia um bom cachê e convidava as moças para uma sessão de fotos em um ambiente ecológico.

Ao atraí-las para um local isolado, tirava da pochete uma pequena corda ou um cadarço de tênis, estrangulava-as e estuprava-as.

Seus crimes ocorreram no Parque do Estado, situado na região sul da capital do estado de São Paulo, local no qual também foram localizados os corpos das vítimas.

Apesar de Francisco ter ficado conhecido como o “Maníaco do Parque”, o apelido não é tecnicamente adequado. “Maníaco” é uma expressão popular para doente mental que comete

crimes violentos, sendo as doenças mentais caracterizadas, principalmente, pela perda de noção realidade.

O laudo psiquiátrico de Francisco de Assis Pereira, no entanto, não constatou a presença de nenhuma doença mental, mas o diagnosticou como portador do transtorno de personalidade da psicopatia. Assim o perito responsável concluiu se tratar de sujeito semi-imputável.

Muito embora o laudo técnico apontasse para a semi-imputabilidade, o que significaria a aplicação de uma pena reduzida de um a dois terços, – nos termos do artigo 26, parágrafo único, do Código Penal –, o Conselho de Sentença, todavia, formado pelo júri popular, entendeu pela plena imputabilidade do agente, ou seja, o “Maníaco do Parque” foi julgado como plenamente capaz de ser responsabilizado pelas práticas delitivas.

Assim, computando-se as penas recebidas pelos homicídios, estupros, atentados violentos ao pudor e ocultação de cadáver, Francisco de Assis Pereira somou duzentos e setenta e um anos de reclusão.²⁰

3

21

Francisco das Chagas Rodrigues Brito, maranhense, é considerado o maior *serial killer* do Brasil, tendo matado quarenta e dois meninos nos Estados do Pará e do Maranhão.

Sobre o caso, é o relato jornalístico:

A série de assassinatos de Francisco das Chagas ficou conhecida como o “Caso dos Meninos Emasculados” e teve repercussão internacional. Ele é acusado de 42 mortes de meninos nos estados do Maranhão e do Pará. Os crimes tinham as mesmas características: as vítimas eram abusadas e mutiladas.

De acordo com o que foi apurado pela polícia, o mecânico atraía os meninos para a mata fechada, chamando-os para brincar ou comer. A partir daí, começava o ritual macabro, matando e emasculando as vítimas.

O assassino decepava outras partes do corpo, como dedos, e levava com ele como recordação. Em alguns casos, também cometeu estupro. Os crimes ocorreram em Altamira, no Pará, e na região metropolitana de São Luís.

Os assassinatos foram cometidos de 1989 a 2004, quando Chagas foi preso.

²⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/08/26/preso-ha-20-anos-em-sp-maniaco-do-parque-deve-ser-solto-em-2028.ghtml>> Acesso em: 23 de novembro de 2018.

²¹ Emasculação é o ato de extirpação da genitália externa masculina: pênis e escroto com seu conteúdo (testículos).

(Disponível em: < <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2014/03/assassino-dos-emasculados-e-condenado-mais-108-anos-de-prisao.html>> Acesso em: 23 de novembro de 2018)

Francisco Brito foi diagnosticado como portador de psicopatia, tendo o laudo psiquiátrico apontado para a total capacidade do acusado de entender o caráter ilícito do fato delituoso, contudo, incapacidade de se determinar de acordo com esse entendimento.

Assim, acolhendo o resultado apontado pelo laudo, o agente foi considerado semi-imputável, sendo-lhe aplicada uma pena privativa de liberdade com a redução do artigo 26 do Código Penal no patamar de um terço.

3.4. ALTERNATIVAS AO TRATAMENTO PENAL

Muito embora o objetivo do presente trabalho seja, tão somente, analisar a responsabilidade penal dos portadores de psicopatia, pode-se tecer algumas breves considerações acerca dos reflexos da responsabilização, bem como sugestões, considerando a real viabilidade.

Conforme já exposto, é comum que os psicopatas apresentem reduzida tolerância à frustração, projetando a terceiros ou à própria sociedade a culpa e responsabilidade por seus atos. Tal comportamento não é facilmente convertido por experiências adversas, inclusive pelas punições. (RODENBUSCH; BOHRER; LEVISKI; FERRETI; SIMM; QUARESMA, 2018, p. 171)

Isto posto, é grande a controvérsia na doutrina, ainda, quanto ao tratamento penal adequado àqueles que sofrem com o transtorno de personalidade da psicopatia, existindo, basicamente, três opções fundamentais: aplicação de pena pura e simples, aplicação de pena ou imposição de medidas de segurança.

3.4.1. Segregação

Os portadores de psicopatas não recebem atenção específica da legislação e doutrina brasileiras, assim como são ignorados pelo Judiciário e Legislativo, impedindo que tenham o

tratamento penal devido. No Brasil, atualmente, sequer existe consenso sobre qual seria o estabelecimento adequado para o infrator psicopata cumprir sua pena.

Isto porque, uma vez reconhecida a semi-imputabilidade do agente, cabe ao juiz decidir pela aplicação de pena privativa de liberdade com redução da pena, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 26 do Código Penal, ou a substituição por uma medida de segurança, nos seguintes termos:

Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável

Art. 98 - Na hipótese do parágrafo único do art. 26 deste Código e necessitando o condenado de especial tratamento curativo, a pena privativa de liberdade pode ser substituída pela internação, ou tratamento ambulatorial, pelo prazo mínimo de 1 (um) a 3 (três) anos, nos termos do artigo anterior e respectivos §§ 1º a 4º. (BRASIL, 1984)

Quanto às medidas de segurança em Hospitais de Tratamento e Custódia ou tratamento ambulatorial comum, não parecem ser opções adequadas.

A psicopatia, como se sabe, não é uma doença mental, razão pela qual o simples tratamento ambulatorial não demonstra ser suficiente para reabilitar tais indivíduos. Ademais, ainda que instituições psiquiátricas forenses recebam indivíduos que não são plenamente inimputáveis, o tratamento medicamentoso e o acompanhamento terapêutico oferecido nesses locais, para o caso de psicopatia, é ineficiente.

Os psicopatas, diferentemente dos demais pacientes de um Hospital de Custódia, não padecem de sintomas tratáveis, como no caso dos esquizofrênicos ou dementes. Logo, ao optar pela aplicação de medida de segurança, coloca-se em um mesmo ambiente um indivíduo que, em um surto do qual sequer se recorda, matou a família a facadas, e outro que, conscientemente, decidiu tirar a vida de um de seus desafetos, simplesmente pelo fato de entender que essa pessoa não deveria viver.

Os psicopatas são indivíduos dotados de uma personalidade forte e sólida, extremamente resistentes às influências externas e não interessados ou dispostos a mudar suas atitudes e padrões comportamentais. À vista disso, os programas genéricos para tratamento de criminosos, incluindo os métodos tradicionais de psicoterapia, a psicanálise e a terapia em grupo, bem como o uso de medicamentos, a eletroconvulsoterapia e a psicocirurgia, têm se mostrado métodos ineficazes de tratamento.

Não bastasse as medidas de segurança não cumprirem seu papel no tratamento da psicopatia, fácil prever que os psicopatas, se colocados no mesmo ambiente de doentes mentais, provavelmente acabariam se aproveitando do comprometimento cognitivo dos demais pacientes, subjugando-os e explorando-os. (VASCONCELLOS, 2014, p. 94)

Da mesma forma que as habilidades de persuasão e manipulação inerentes à psicopatia tendem a trazer consequências negativas dentro de um Hospital de Tratamento e Custódia, em um estabelecimento prisional o psicopata pode exercer forte influência em rebeliões e, até mesmo, fugas. Deve-se considerar, ainda, que os infratores comuns podem ter sua ressocialização prejudicada pela convivência com os psicopatas.

Ademais, é provável que o psicopata, hábil em simular emoções e demonstrar falso arrependimento, através de exames cujos resultados revelassem seu comportamento aparentemente exemplar, fosse precocemente reinserido na sociedade.

A aplicação de uma pena ao indivíduo psicopata sem a prévia realização de um estudo de sua condição psicossocial significa não se importar com sua recuperação social. O Direito Penal deve, acima de tudo, levar em consideração as particularidades de cada agente infrator para a aplicação da sanção mais adequada e eficiente para os fins de tratamento e ressocialização. (GUEDES, 2017)

É visível, por conseguinte, que tanto as medidas de segurança de internação e tratamento ambulatorial, quanto os estabelecimentos prisionais, não cumprem suas funções quanto ao infrator psicopata, sendo necessário, portanto, buscar alternativas que considerem tal condição pessoal.

Nesse sentido a psiquiatra forense brasileira Hilda Morana, inspirada nos estudos do canadense Robert Hare, referência no assunto, além de tentar aplicar o PCL-R - Critérios para Pontuação de Psicopatia Revisados - no Brasil, defendeu a criação de prisões especiais para portadores de psicopatias.

A ideia, com objetivo de alterar a Lei n. 7.210/84 - Lei de Execução Penal -, virou um projeto de lei proposto pelo deputado federal Marcelo Itagiba, o qual visava, ainda, criar uma “comissão técnica independente da administração prisional e a execução da pena do

condenado psicopata, estabelecendo a realização de exame criminológico do condenado a pena privativa de liberdade, nas hipóteses que especifica”.

Destaca-se da justificação:

Assim é que, acredito, a LEP deve ser alterada para que o programa individualizador da pena privativa de liberdade do condenado ou preso provisório classificado como psicopata vise ao restabelecimento do portador da psicopatia, sem descurar da recuperação dos demais presos. Para isso é preciso instrumentalizar o Estado com este fim, razão pela qual proponho a inclusão de §3º ao art. 84, para que o condenado ou preso provisório classificado como psicopata cumpra sua pena em seção distinta daquela reservada aos demais presos.

De outro lado, é preciso também que a concessão de livramento condicional, o indulto e a comutação de penas do preso classificado como psicopata, bem como a sua transferência para regime menos rigoroso, dependa de laudo permissivo emitido por quem tenha condição técnica de fazê-lo, com a devida segurança, para que não aconteça fatos como o relatado por Ana Beatriz Barbosa Silva (op. cit): [...] ²²

De acordo com Hilda Morana, após determinada a semi-imputabilidade do agente diagnosticado psicopata, o ideal seria encaminhá-lo para uma prisão especial, na qual seria acompanhado por profissionais especializados até que pudesse retornar ao convívio social.

A proposta descrita no Projeto de Lei n. 6.858/10, no entanto, não foi aprovada.

Partindo da idealização de Hilda Morana, e considerando que o Poder Legislativo tem demonstrado preocupação em separar os apenados pela gravidade dos crimes praticados²³, uma alternativa viável é separar, também, os condenados com personalidades psicopáticas dos criminosos comuns.

Ao segregar os psicopatas em alas especiais, impedindo o contato com os demais apenados, permite-se o devido tratamento diferenciado, possibilitando a efetiva ressocialização.

3.4.2. Programas de tratamento

Observa-se, nos psicopatas, falhas na formação do superego - valores morais, éticos e sociais –, razão pela qual se encontram à margem da normalidade psicoemocional e

²² Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=737111&filename=PL+6858/2010>
Acesso em: 21 de novembro de 2018

²³ A lei n. 13.167/15 altera o disposto no artigo 84 da Lei de Execução Penal – Lei n. 7.210/84 para estabelecer critérios para a separação de presos nos estabelecimentos penais

comportamental, embora não se enquadrem como portadores de doença mental. Assim, faz-se necessário cautela e parcimônia dos profissionais de saúde e operadores do direito. (FIORELLI; MANGINI, 2016, p. 111)

Na prática, o principal problema da ressocialização está na dificuldade de fazer com que o indivíduo psicopata alcance valores éticos e morais, já que os mecanismos mentais responsáveis pelas funções da sociabilidade não se estruturam da maneira adequada nesses indivíduos, evidenciando a ausência de culpa, de remorso e de empatia, a pobreza de emoção e a falta de responsabilidade. (FIORELLI; MANGINI, 2016, p. 112)

Consoante já exposto, não se trata a psicopatia de um episódio momentâneo de alterações comportamentais, mas sim de um transtorno de personalidade, razão pela qual não pode ser curada. Acredita-se, ainda, que seu curso seja crônico, isto é, que evolui com o passar dos anos.²⁴

Assim, quando identificada em indivíduos novos, é possível adotar medidas no intuito de melhorar a maneira como o transtorno se manifestará no indivíduo quando adulto. No tocante aos “psicopatas em formação”, portanto, deve-se estabelecer programas que visem reduzir a agressividade e a impulsividade, bem como ensinar estratégias que atendam às suas necessidades de forma socialmente positiva. (HARE, 2012, p. 206)

Quanto aos psicopatas “já formados”, no entanto, o problema é mais complexo.

Ressalta-se, de início, que não obstante os procedimentos de diagnóstico e acompanhamento dos programas de tratamento sejam, costumeiramente, aplicados de forma inadequada ou estejam descritos de modo vago, o que impossibilita a real análise de sua eficácia, parte-se da premissa de que os métodos correccionais usuais não são adequados aos psicopatas. (HARE, 2012, p. 207)

²⁴ Sabe-se, ademais, que apesar do curso crônico, o comportamento de diversos psicopatas melhora após cerca de quarenta anos de idade, embora não se possa afirmar até que ponto tal mudança aconteceria de qualquer forma com o transcorrer do tempo ou é resultado de determinado programa terapêutico. (HARE, 2012, p. 207)

Muito embora o objetivo do presente trabalho não seja adentrar afundo em questões metodológicas, destaca-se:

Em primeiro lugar, apesar das centenas de tentativas de tratar esses indivíduos e da grande variedade de técnicas experimentadas, poucos programas atendiam a padrões científicos e metodológicos aceitáveis. Esse é um ponto importante, pois significa que os dados em que baseamos as nossas conclusões não são muito sólidos. Isso se aplica tanto a relatos comuns de que determinado programa não funcionou quanto a relatos esporádicos de que alguma coisa não deu certo. A maior parte do que sabemos baseia-se principalmente no folclore clínico, em estudos de caso individuais, em procedimentos diagnósticos e metodológicos falhos e na avaliação inadequada de programas. Na verdade, a condição da literatura sobre tratamentos de psicopatia é pavorosa. (HARE, 2012, p. 207)

Constatada a psicopatia, deve-se considerar que os psicopatas se esquivam da responsabilidade e não veem motivo para mudar o próprio comportamento.

Destarte, devido à desvalorização das relações interpessoais e incapacidade de desenvolverem intimidade emocional, encaminhá-los a tratamentos na tentativa que desenvolvam empatia ou consciência e adéquem seus comportamentos às expectativas da sociedade, tende ao insucesso.

Programas eficientes destinados a fazer os psicopatas mudarem seu comportamento precisam levar em consideração que não é impossível adaptá-los para a vida em sociedade, contudo isso precisa ser do interesse deles.

Logo, um método eficaz não deverá se empenhar em tentar modificar a essência da personalidade psicopata, mas sim unir esforços a fim de convencê-los que suas condutas usuais não estão de acordo com seus próprios interesses e que devem, sozinhos, assumir a responsabilidade por seus atos.

A solução, portanto, a qual não passa de mera divagação, já que diz respeito às ciências da saúde, é a elaboração de um programa de acompanhamento profissional que não tenha o objetivo de modificar a essência da personalidade psicopata, mas de direcionar esses indivíduos, de modo que os convençam a satisfazer as próprias necessidades sem transgredir as leis da sociedade. (HARE, 2012, p. 209)

No ponto, cabe à psicologia e à psiquiatria o desenvolvimento de um método que considere as características da personalidade psicopática, e ao direito a garantia de que o programa será, de fato, aplicado durante a execução da pena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho monográfico teve como objetivo principal analisar responsabilidade penal do psicopata à luz do ordenamento jurídico-penal brasileiro, a fim de identificar se os portadores de psicopatias devem ser considerados imputáveis, semi-imputáveis ou inimputáveis.

Para isso, inicialmente a pesquisa direcionou-se à abordagem das correntes acerca do conceito de crime, evidenciando seus principais elementos, quais sejam, tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Nesse sentido, destacou-se a importância do elemento culpabilidade.

Em seguida, adentrou-se, especificamente, na imputabilidade, um dos elementos da culpabilidade. Com a exposição do artigo 26 do Código Penal, destacou-se que o ordenamento jurídico-penal brasileiro apenas dispõe, de forma genérica, os elementos que segundo o critério político-legislativo conduzem à inimputabilidade.

Em um segundo momento, a análise recaiu sobre a psicopatia, sob o ponto de vista psicológico-psiquiátrico.

Neste ponto do trabalho, foi utilizado como parâmetro de análise o perfil de psicopatia apresentado pela Escala Hare, ou *Psychopathy Checklist* - Avaliação de Psicopatia –, elaborada psicólogo canadense Robert Hare. Assim, definiu-se o padrão de comportamento dos psicopatas.

Ainda, discutiu-se a possível justificativa para os métodos tradicionais de tratamento não surtirem efeito nessa parcela da população.

No terceiro e último capítulo, verificou-se como é escassa produção doutrinária e jurisprudencial a respeito do tema, o que deixa os operadores do direito sem muito embasamento teórico para decidir casos de alta complexidade. Ficou demonstrada, desse modo, a necessidade de um estudo interdisciplinar entre o direito e a psiquiatria-psicologia forense, bem como a importância do diagnóstico do infrator para a melhor aplicação de pena.

A análise de casos demonstrou que, majoritariamente, entende-se que apesar de o psicopata possuir plena capacidade de entendimento, não tem capacidade de se autodeterminar de acordo com tal entendimento, razão pela qual devem ser considerados semi-imputáveis, nos termos do parágrafo único do artigo 26 do Código Penal.

Por fim, embora não fizesse parte do objetivo do trabalho, ante a ausência de alternativas eficientes para a reinserção do psicopata à sociedade, propôs-se que as ciências da saúde elaborassem um novo programa de tratamento que, direcionado especificamente ao indivíduo psicopata, não visasse alterar sua personalidade, mas convencê-lo a buscar satisfação de forma não prejudicial à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Antônio Moniz Sodré de. **As três escolas penais**. São Paulo: Freitas Bastos, 1995.

AZEVEDO, Marcelo André de; SALIM, Alexandre. **Direito Penal parte geral**. 8. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2018.

BISSOLI FILHO, Francisco. **A sanção penal e suas espécies**. Curitiba: Juruá, 2010.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral, 1**. 17. ed. rev., ampl. e atual de acordo com a Lei n. 12.550, de 2011. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 12 novembro de 2018

_____. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 12 novembro de 2018

_____. Decreto-lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del3689Compilado.htm> Acesso em: 12 novembro de 2018

_____. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Quarta Câmara Criminal. Recurso de Agravo nº 2013.031180-0. Relator: Desembargador Roberto Lucas Pacheco. Joinville, SC, 01 de agosto de 2013. Disponível em: <http://busca.tjsc.jus.br/jurisprudencia/html.do?q=&only_ementa=&frase=&id=AAAbmQAA CAADTSRAAW&categoria=acordao>

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Terceira Câmara Criminal. Apelação Criminal nº 70037449089. Relator: Desembargador Odone Sanguiné. Carazinho, RS, 17 de março de 2011. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70037449089%26num_processo%3D70037449089%26codEmenta%3D4051773+70037449089+++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70037449089&comarca=Comarca%20de%20Carazinho&dtJulg=17/03/2011&relator=Odone%20Sanguin%C3%A9&aba=juris>

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Sexta Câmara Criminal. Apelação Criminal nº 70016542557. Relator: Desembargador Paulo Moacir Aguiar Vieira. Cruz Alta, RS, 30 de março de 2006. Disponível em:

<http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70016542557%26num_processo%3D70016542557%26codEmenta%3D1813216+70016542557+++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&site=ementario&access=p&oe=UTF-8&numProcesso=70016542557&comarca=Comarca%20de%20Cruz%20Alta&dtJulg=30/11/2006&relator=Paulo%20Moacir%20Aguiar%20Vieira&aba=juris>

BRUNO, Aníbal. **Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

CASOY, Ilana. **Arquivos serial killers: Louco ou cruel? e Made in Brasil**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal, volume 1, parte geral: (arts. 1º a 120)**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DAYNES, Kerry; FELLOWES, Jessica. **Como identificar um psicopata: cuidado! ele pode estar mais perto do que você imagina**. São Paulo: Cultrix, 2012.

DOUGLAS, John; OLSHAKER, Mark. **Mind Hunter**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

EISELE, Andreas. **Direito penal: teoria do delito**. Salvador: JusPodivm, 2018.

ESTEFAM, André. **Direito penal: parte geral, arts. 1º a 120**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia jurídica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral volume 1**. 16 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

_____; GALVÃO, Fernando. **Estrutura jurídica do crime**. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.

GUEDES, Rayane Ferreira. **A responsabilidade penal dos psicopatas à luz do hodierno sistema jurídico brasileiro**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n. 163, ago 2017. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19365&revista_caderno=3> Acesso em: 21 de novembro de 2018

HARE, Robert D. **Psychopathy: Theory and Research**. New York: Wiley, 1970.

_____. **Sem consciência: o mundo perturbador dos psicopatas que vivem entre nós**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado parte geral vol. 1**. 6 ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

MATOS, Virgílio de. **Crime e psiquiatria: uma saída: preliminares para desconstrução das medidas de segurança**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MOREIRA, Leonardo Melo. **Entre o medo e a indiferença: a implantação das medidas de segurança no Distrito Federal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 9. ed. Ver., atual. E ampl. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Leis penais e processuais penais comentadas** – 8. Ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2014.

_____. **Código Penal Comentado**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. **Leis penais e processuais penais comentadas** – 9. Ed. rev., atual e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

_____. **Código Penal Comentado** – 17. Ed. rev., atual e ampl - Rio de Janeiro: Forense, 2017

RODENBUSCH, Bruno Marasquin; BOHRER Clarissa; LEVISKI, Daiane Schneider; FERRETI, Elisa Cardoso; SIMM, Jordana das Chagas; QUARESMA, Silvana Mariano. **(Ir)responsabilidade penal do psicopata: um olhar sobre a perspectiva jurídico-penal e seus aspectos psicológicos**. (Re)pensando Direito, Santo Ângelo/RS. v. 08. n. 15. jan./jul. 2018, p. 169-180. Disponível em: <<http://local.cnecsan.edu.br/revista/index.php/direito/index>> Acesso em: 21 de novembro de 2018

SCHECHTER, Harold. **Serial killers, anatomia do mal**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2013.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mentes perigosas: o psicopata mora ao lado**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2014.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. **Da inimputabilidade penal em face do atual desenvolvimento da psicopatologia e da antropologia**. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 1994.

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos. **O bem, o mal e as ciências da mente: do que são constituídos os psicopatas**. 1. ed. São Paulo: Ícone, 2014.

WELZEL, Hans. **O novo sistema jurídico penal: uma introdução à doutrina da ação finalista**. São Paulo: Revista dos Tribunais LTDA, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de derecho penal parte geral**. Buenos Aires: Ediar,

1996.

_____; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro - parte geral**. 6. ed. vol. 1. São Paulo: Revista do Tribunais, 2006.